

67

BOLETIM TRIMESTRAL
informação reportada ao
segundo trimestre de 2025

CENTRO

DE PORTUGAL

CC
DR **CENTRO**

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO CENTRO, I.P.

67

**BOLETIM
TRIMESTRAL**

Informação reportada ao
segundo trimestre de 2025

Editor

Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do
Centro, I.P.

Responsável Técnico

Unidade de Planeamento e
Desenvolvimento Regional

Data de Edição

Setembro de 2025
ISSN 2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdrc.pt

Alguma da informação conjuntural
encontra-se também em
<http://datacentro.ccdrc.pt>

DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

ÍNDICE

- 4 Enquadramento Nacional
- 6 Mercado de Trabalho
- 11 Desemprego Registado
- 13 Empresas
- 15 Comércio Internacional de Bens
- 18 Turismo
- 20 Construção e Habitação
- 23 Preços
- 24 Consumo Privado
- 26 Políticas Públicas no Centro - Plano de
Recuperação e Resiliência
- 32 Políticas Públicas no Centro - Portugal 2030

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

No segundo trimestre de 2025, o Produto Interno Bruto registou um crescimento homólogo real de 1,9%, determinado pelos contributos positivo da procura interna e negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional foi de 5,9%, tendo diminuído em relação aos trimestres homólogo e anteriores. Já o nível de preços aumentou 2,2% face ao mesmo trimestre de 2024, mas desacelerou face aos dois trimestres precedentes. A confiança dos consumidores piorou. O indicador de clima económico permaneceu positivo, apesar do ligeiro abrandamento face ao primeiro trimestre de 2025. O euro valorizou face ao dólar, infletindo a depreciação verificada no trimestre homólogo e nos dois trimestres anteriores.

Relativamente à Região Centro, neste trimestre, o mercado de trabalho continuou a melhorar face ao período homólogo, decorrente dos aumentos das taxas de atividade e de emprego e da diminuição do desemprego. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem voltou a alcançar os valores mais elevados desde 2008.

No setor empresarial regional assistiu-se a um aumento das empresas constituídas e a uma forte contração das ações de insolvência face a igual trimestre do ano anterior. Os empréstimos concedidos às empresas mantiveram a tendência de diminuição verificada há quase quatro anos. Também o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos continuou a diminuir na região e no país em termos homólogos. No setor da construção, os edifícios licenciados aumentaram na região, embora a um ritmo de crescimento menor face aos períodos homólogo e anteriores. Em contraste, as obras concluídas diminuíram expressivamente, com exceção dos novos fogos para habitação familiar concluídos que aumentaram. Relativamente à evolução dos empréstimos à habitação em termos homólogos reais, o crédito concedido voltou a aumentar, enquanto que os empréstimos vencidos registaram uma quebra significativa.

Na atividade turística, os hóspedes e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico continuaram a registar aumentos homólogos na região e no país, acelerando face ao trimestre anterior. Também as dormidas cresceram, em termos homólogos, invertendo a variação negativa observada no primeiro trimestre de 2025 de forma muito significativa. A estada média permaneceu inalterada face ao período homólogo, mas aumentou ligeiramente face ao período precedente.

No comércio internacional de bens, neste trimestre, continuou a assistir-se a aumentos homólogos reais nas saídas e entradas de bens, tendo a variação das entradas sido mais significativa. O crescimento do mercado intracomunitário foi o que mais justificou a variação regional das saídas de bens. No caso das entradas de bens, o maior contributo foi do mercado extracomunitário.

O Índice de Preços no Consumidor continuou a aumentar na região, mas desacelerou face aos períodos homólogo e anteriores. A quase totalidade dos indicadores representativos do consumo privado apresentou evoluções favoráveis face a igual período do ano anterior.

No PORTUGAL 2030, a 30 de junho de 2025, estavam aprovados 1,7 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 2,6 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro (tratam-se apenas das operações com investimento integral no Centro). Estes apoios continuaram a destinar-se, sobretudo, à competitividade empresarial, cursos profissionais e mobilidade urbana sustentável. O programa temático PESSOAS 2030 era responsável por 42,0% dos apoios aprovados. O FSE+ era o fundo financiador de cerca de metade dos montantes aprovados.

No Plano de Recuperação e Resiliência, a 30 de julho de 2025, estavam aprovados 3.653,4 milhões de euros para aplicação na Região Centro, dos quais 3.514,5 milhões de euros estavam já contratados (tratam-se apenas de investimentos aplicados diretamente na Região Centro). Os projetos contratados totalizavam 69.319 e os pagamentos aos beneficiários ascendiam a 1.427 milhões de euros, o que corresponde a 39,1% do valor contratado.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

1,9%

foi a variação
homóloga real do PIB

2,2%

foi a taxa de inflação
homóloga

No segundo trimestre de 2025, o Produto Interno Bruto registou um crescimento homólogo real de 1,9%, determinado pelos contributos positivo da procura interna e negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional foi de 5,9%, tendo diminuído em relação aos trimestres homólogo e anteriores. Já o nível de preços aumentou 2,2% face ao mesmo trimestre de 2024, mas desacelerou face aos dois trimestres precedentes. A confiança dos consumidores piorou. O indicador de clima económico permaneceu positivo, apesar do ligeiro abrandamento face ao primeiro trimestre de 2025. O euro valorizou face ao dólar, infletindo a depreciação verificada no trimestre homólogo e nos dois trimestres anteriores.

No segundo trimestre de 2025, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume registou uma variação homóloga¹ de 1,9% (que compara com 1,7% no trimestre anterior e 1,5% no segundo trimestre de 2024). Esta evolução real do PIB foi determinada pelo contributo positivo da procura interna (3,6 pontos percentuais), que superou o contributo negativo da procura externa líquida (-1,7 pontos percentuais).

Assim, a procura interna aumentou 3,6% em termos homólogos reais, após um crescimento de 3,7% no trimestre anterior e de 2,5% no trimestre homólogo de 2024. Face ao trimestre anterior, verificou-se uma ligeira aceleração do consumo das famílias (3,6% face a 3,5%) e do consumo público (1,4% em relação a 1,3%) e um abrandamento do investimento (5,6% que compara com 6,4%).

O contributo negativo da procura externa líquida para a variação homóloga real do PIB registado neste trimestre, apesar de menos acentuado que o observado no primeiro trimestre de 2025 (pois passou -2,0 pontos percentuais para -1,7 pontos percentuais), continuou a resultar do crescimento menos intenso das exportações de bens e serviços do que das importações. Assim, as exportações apresentaram uma variação homóloga real de 0,1% (inferior ao aumento de 1,5% no trimestre precedente), determinada pelo ligeiro crescimento das exportações de bens (0,5%), já que a componente de serviços diminuiu (-0,6%). As importações de bens e serviços aumentaram 3,8% em termos homólogos reais (abrandando face à variação de 5,9% no trimestre anterior), tendo a componente de bens registado uma variação positiva (5,1%) e a componente de serviços uma variação negativa (-1,7%).

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.

Variação homóloga percentual real – v.h. real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		2T25	1T25	4T24	3T24	2T24	2024	2023
		média trimestral						
PIB*	v. h. (%)	1,9	1,7	2,8	2,0	1,5	1,9	2,6
Procura interna	v. h. (%)	3,6	3,7	3,6	3,2	2,5	2,7	1,7
Consumo das famílias	v. h. (%)	3,6	3,5	5,0	3,8	2,4	3,2	1,9
Formação bruta de capital	v. h. (%)	5,6	6,4	1,6	3,2	4,0	2,6	2,0
Taxa de investimento	%	21,1	21,1	20,2	21,5	20,4	20,5	20,4
Exportações	v. h. (%)	0,1	1,5	3,9	4,9	3,1	3,3	3,8
Importações	v. h. (%)	3,8	5,9	5,7	7,5	5,4	5,1	1,8
VAB	v. h. (%)	2,1	1,5	2,4	1,8	1,2	1,7	2,7
Taxa de desemprego	%	5,9	6,6	6,7	6,1	6,1	6,4	6,5
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	2,2	2,3	2,6	2,2	2,7	2,4	4,3
Indicador de confiança dos consumidores	%	-17,5	-16,1	-15,0	-13,1	-17,2	-17,0	-27,8
Indicador de clima económico	%	2,5	2,7	2,5	1,9	2,0	2,1	2,0
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,134	1,052	1,067	1,099	1,077	1,082	1,082
	v. h. (%)	5,3	-3,1	-0,8	1,0	-1,2	0,0	2,6

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.
USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 2,1% em termos homólogos reais (que compara com 1,5% no trimestre anterior e 1,2% no segundo trimestre de 2024). Neste período, apenas o ramo da “agricultura, silvicultura e pesca” registou uma variação homóloga real negativa de 0,7%. Os restantes sete ramos de atividade apresentaram variações homólogas reais positivas, destacando-se, com o crescimento mais elevado, os “transportes e armazenagem; informação e comunicação” (3,5%).

No que respeita ao mercado de trabalho, neste trimestre, a taxa de desemprego nacional diminuiu para 5,9% (que compara com 6,6% no trimestre precedente e com 6,1% no trimestre homólogo de 2024). Estimavam-se 329,5 mil desempregados no país, o que traduz uma diminuição trimestral de 36,3 mil pessoas e homóloga de 2,5 mil indivíduos. Deste volume de pessoas desempregadas, 19,8% estavam empregadas no trimestre anterior, 20,0% transitaram da situação de inatividade para o desemprego neste trimestre e as restantes 60,1% já estavam desempregadas no período antecedente. Relativamente aos indivíduos que permaneceram no desemprego, 33,3% mantiveram-se como desempregados de longa duração (12 e mais meses) e 47,1% de curta duração (até 11 meses).

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores, mas que retrata as expectativas dos empresários. É construído com base em inquéritos qualitativos conjunturais feitos às empresas da indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e dos serviços.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor, cresceu 2,2%, neste trimestre, tendo abrandado face aos dois períodos anteriores e homólogo. Das 12 classes de consumo, apenas três registaram variações negativas na comparação homóloga: o “vestuário e calçado” (-1,6%), as “comunicações” (-1,1%) e os “acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-0,2%). Com a taxa de variação homóloga positiva mais elevada destacava-se a classe dos “restaurantes e hotéis” (6,5%).

As expectativas dos consumidores, avaliadas pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, continuaram negativas e pioraram face ao período homólogo e anteriores. O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. Já a confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico³ do INE, manteve-se positiva neste trimestre, superando o valor do período homólogo, mas evidenciando um ligeiro abrandamento face ao primeiro trimestre de 2025.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) registou uma variação homóloga de 5,3%, neste trimestre, invertendo a desvalorização do euro face ao dólar observada no trimestre homólogo e nos dois trimestres anteriores. Esta valorização do euro traduz-se num preço superior para igual quantidade de bens exportados e num preço inferior para igual quantidade de bens importados.

MERCADO DE TRABALHO

4,9%

foi a taxa de
desemprego regional

5,5%

foi o aumento
homólogo do salário
médio líquido mensal
dos trabalhadores por
conta de outrem

No segundo trimestre de 2025, o mercado de trabalho regional continuou a melhorar face ao período homólogo, decorrente dos aumentos das taxas de atividade e de emprego e da diminuição do desemprego. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem voltou a alcançar os valores mais elevados desde 2008.

No segundo trimestre de 2025, a taxa de atividade da população em idade ativa⁵, na Região Centro, foi de 58,3%, representando um aumento homólogo de 1,1 pontos percentuais e intensificando o comportamento positivo registado no trimestre anterior (que havia invertido um ano de quebras homólogas sucessivas). Ainda assim, esta taxa regional foi inferior à média nacional de 60,7%. A taxa de atividade dos homens, como habitualmente, foi mais elevada do que a das mulheres (62,4% contra 54,5%, respetivamente).

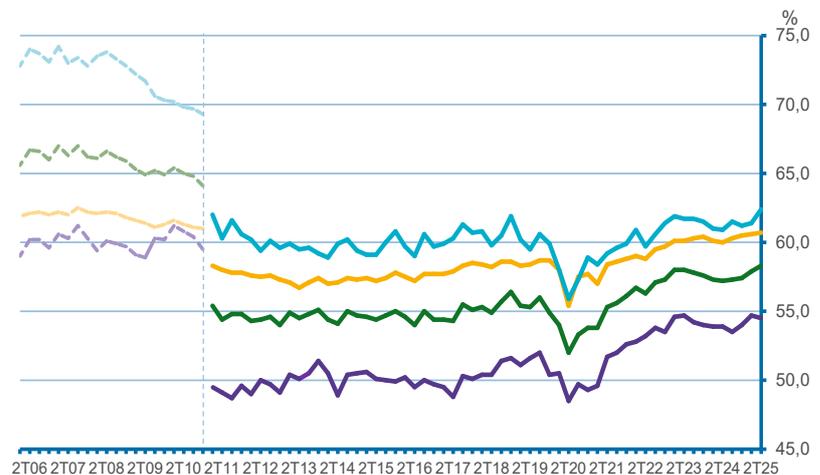
Neste trimestre, a população ativa⁶ da Região Centro ascendia a 1.175,1 mil indivíduos, tendo aumentado 3,9% face a igual período do ano anterior, evolução que intensificou o crescimento observado nos últimos quatro anos. Já os inativos⁷ totalizavam 877,3 mil indivíduos, representando uma diminuição de 0,6% face ao trimestre homólogo e inflitando a trajetória positiva verificada há mais de um ano. Esta variação homóloga negativa nos inativos reflete o decréscimo dos domésticos (-12,6%) e dos reformados (-3,1%), tendo sido contrariada pela variação positiva dos estudantes (16,1%).

⁵ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa". Na série do inquérito ao emprego de 2021, a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

⁶ Para a série do inquérito ao emprego de 2021, segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade compreendida entre os 16 e os 89 anos que, no período de referência, integrava a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (estava empregado e desempregado)". Já para a série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

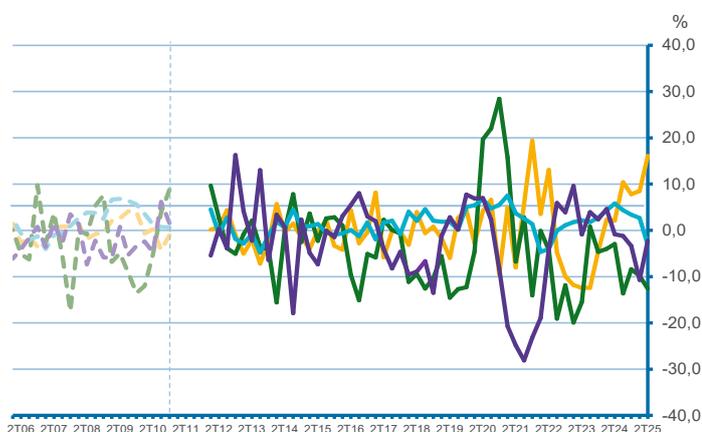
⁷ A população inativa é o conjunto de indivíduos com idade inferior a 16 anos, superior a 89 anos e dos 16 aos 89 anos que, no período de referência, não podiam ser considerados ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados.

Taxa de atividade em Portugal e no Centro



	IE série 1998	IE série 2021
Portugal		
Centro		
Centro - Homens		
Centro - Mulheres		

População inativa no Centro por condição perante o trabalho
(variação homóloga)⁸



⁸ Com a divulgação da nova série de dados do Inquérito ao Emprego (série 2021), a rubrica “Estudantes” passou a integrar apenas os estudantes com 16 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 15 anos de idade na rubrica “Outros”. Já a rubrica “Reformados” compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em “Outros”.

	IE série 1998	IE série 2021
Estudantes	—	—
Domésticos	—	—
Reformados	—	—
Outros	—	—

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		2T25	1T25	4T24	3T24	2T24	2024	2023	
								média trimestral	
Taxa de atividade									
Portugal	%	60,7	60,6	60,5	60,3	60,0	60,2	60,2	
Centro	%	58,3	57,9	57,4	57,3	57,2	57,3	57,9	
	v. h. (p.p.)	1,1	0,6	-0,2	-0,5	-0,8	-0,6	1,1	
População ativa – Centro									
	milhares	1.175,1	1.162,7	1.144,4	1.136,6	1.131,0	1.135,1	1.129,6	
	v. h. (%)	3,9	3,0	1,2	0,6	0,1	0,5	2,8	
População inativa – Centro									
	milhares	877,3	881,6	887,2	885,1	882,4	883,3	859,4	
	v. h. (%)	-0,6	0,4	2,0	2,6	3,3	2,8	-1,2	
Estudantes									
	milhares	172,5	159,4	151,6	147,6	148,6	148,7	140,8	
	v. h. (%)	16,1	8,5	7,8	10,4	2,1	5,6	-10,5	
Domésticos									
	milhares	66,6	71,4	75,3	74,7	76,2	76,3	82,4	
	v. h. (%)	-12,6	-9,8	-8,4	-13,6	-2,9	-7,4	-10,4	
Reformados									
	milhares	507,4	525,1	530,5	526,6	523,8	523,1	500,8	
	v. h. (%)	-3,1	2,7	3,4	4,4	5,8	4,5	2,1	
Outros									
	milhares	130,8	125,7	129,7	136,2	133,8	135,1	135,4	
	v. h. (%)	-2,2	-10,7	-3,4	-1,2	-0,8	-0,2	3,6	

A taxa de emprego⁹ da Região Centro, no segundo trimestre de 2025, foi de 55,5%, traduzindo um aumento de 1,3 pontos percentuais face a igual trimestre do ano anterior e igualando o crescimento homólogo ocorrido no trimestre precedente (que havia interrompido um ano de diminuições homólogas sucessivas). Esta taxa regional foi inferior à taxa de emprego do país (57,1%).

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.117,6 mil indivíduos, o que representou um acréscimo de 4,4% face ao período homólogo. Este crescimento intensificou o comportamento positivo observado nos dois trimestres anteriores, após as variações negativas registadas no início de 2024. Das oito categorias de empregados analisadas, verificaram-se aumentos homólogos em sete, destacando-se com os acréscimos mais significativos o emprego do setor terciário (7,1%), os homens empregados (5,8%) e os empregados dos 45 aos 89 anos (4,9%). A contrariar esta evolução positiva, encontrava-se apenas o emprego do setor primário, que registou uma contração homóloga de 16,5%.

⁹ A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população em idade ativa. Na série do inquérito ao emprego de 2021, a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

¹⁰ A partir do 2.º trimestre de 2022, este indicador, calculado pelo INE, sofreu algumas alterações relativamente à edição anterior, nomeadamente passou a abranger todas as pessoas que referiram ter trabalhado a partir de casa no período de referência (note-se que, na edição anterior, a população-alvo correspondia ao conjunto de pessoas que tinham trabalhado maioritariamente em casa no período de referência). Deste modo, os dados divulgados a partir do 2.º trimestre de 2022 não são diretamente comparáveis com a edição anterior (que vigorou do 1.º trimestre de 2021 ao 1.º trimestre de 2022).

¹¹ Importa referir que, segundo o INE, a população empregada que trabalha a partir de casa abrange, não só os indivíduos em teletrabalho, como a população que trabalha em casa com recurso a computador e/ou *smartphone*, mas sem utilização de qualquer tipo de tecnologia de informação e de comunicação (VPN, correio eletrónico, ligação remota, videoconferência, aplicações *web*, *extranet*, pastas partilhadas na nuvem ou outro tipo) e ainda os que trabalham sem recurso a qualquer daqueles equipamentos.

Os trabalhadores por conta de outrem contribuíram para o crescimento da população empregada no trimestre, uma vez que, representando 84% desta, aumentaram 3,1% em termos homólogos. Esta variação regional positiva intensificou o comportamento do trimestre precedente, parecendo retomar a trajetória de crescimento verificada desde o início de 2022 (com exceção dos dois últimos trimestres de 2024). O crescimento homólogo dos trabalhadores por conta de outrem foi explicado pelos acréscimos nos trabalhadores com ensino superior (14,3%) e com ensino secundário e pós-secundário (10,4%) como habilitação, nos que desempenham as suas funções a tempo completo (4,7%) e nos contratados sem termo (4,4%), uma vez que as restantes categorias analisadas registaram decréscimos. Destaque para a diminuição muito significativa da população empregada a tempo parcial (-19,9%).

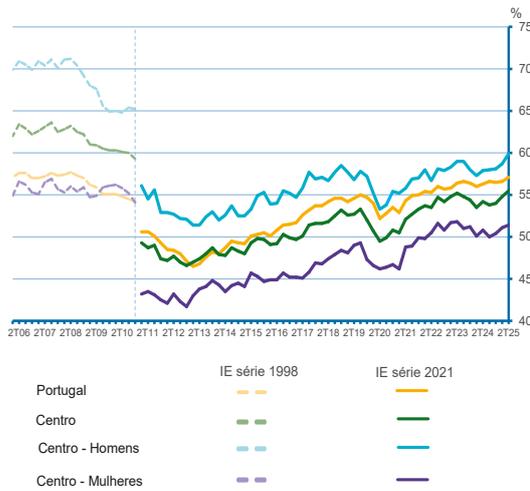
Também os trabalhadores por conta própria contribuíram para o crescimento da população empregada observado no trimestre, tendo registado um aumento de 11,6% face ao período homólogo e dando continuidade ao comportamento positivo dos três trimestres anteriores, após dois anos de quebras homólogas sucessivas. Esta evolução homóloga resultou da variação bastante positiva nos trabalhadores isolados (13,8%) e nos empregadores (7,8%).

A população empregada na região que trabalhou a partir de casa¹⁰, no segundo trimestre de 2025, totalizou 211,6 mil indivíduos, representando 18,9% do total da população empregada. Entre os empregados que trabalharam a partir de casa, 94,7% (200,3 mil indivíduos) estiveram em teletrabalho, ou seja, utilizaram Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para desempenhar as suas funções neste contexto¹¹. O teletrabalho abrangeu, assim, 17,9% do total da população empregada na região, representando uma quota mais elevada do que a do trimestre homólogo (16,0%) e anterior (17,6%).

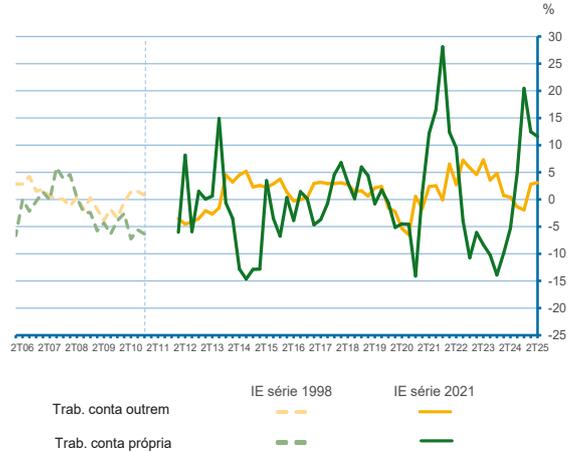
Quadro 3 – Emprego		2T25	1T25	4T24	3T24	2T24	2024	2023
							média trimestral	
Taxa de emprego								
Portugal	%	57,1	56,6	56,5	56,6	56,3	56,4	56,3
Centro	%	55,5	54,8	54,0	53,8	54,2	53,9	54,8
	v. h. (p.p.)	1,3	1,3	-0,4	-1,0	-1,0	-0,9	0,8
População empregada – Centro	milhares	1.117,6	1.099,8	1.076,9	1.066,9	1.070,8	1.067,2	1.070,4
	v. h. (%)	4,4	4,3	0,7	-0,5	-0,5	-0,3	2,5
Homens	v. h. (%)	5,8	4,9	1,8	-0,2	-0,4	0,3	2,7
Mulheres	v. h. (%)	2,9	3,8	-0,3	-0,8	-0,6	-0,9	2,3
16 - 24 anos	v. h. (%)	0,9	-1,3	-5,7	-11,9	-14,5	-11,0	21,7
25 - 44 anos	v. h. (%)	4,1	6,5	1,3	0,0	2,7	1,4	1,9
45 - 89 anos	v. h. (%)	4,9	3,2	1,0	0,5	-1,3	-0,4	1,2
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-16,5	-27,1	-18,1	-9,6	-23,3	-11,3	23,3
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	0,9	1,5	3,8	0,7	3,0	2,2	-0,2
Serviços	v. h. (%)	7,1	7,6	0,5	-0,4	-0,4	-0,7	2,7
Trabalhadores por conta de outrem – Centro	milhares	943,5	926,7	913,7	907,5	915,2	909,5	914,5
	v. h. (%)	3,1	2,8	-1,9	-1,4	0,4	-0,5	5,1
Contratos sem termo	v. h. (%)	4,4	4,5	0,0	2,4	3,3	1,6	3,6
Contratos com termo	v. h. (%)	-4,7	-6,2	-11,8	-18,5	-11,0	-11,3	8,3
Tempo completo	v. h. (%)	4,7	3,3	-1,9	-0,5	0,6	-0,4	4,2
Tempo parcial	v. h. (%)	-19,9	-4,4	-2,5	-13,6	-2,6	-3,2	19,5
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	x	x	x	x	x	x	x
Básico	v. h. (%)	-13,3	-13,9	-13,7	-14,3	-9,1	-10,1	10,0
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	10,4	7,6	2,2	7,4	9,4	7,4	5,7
Superior	v. h. (%)	14,3	18,5	5,8	5,9	3,0	2,8	-0,8
Trabalhadores por conta própria – Centro	milhares	167,4	164,1	159,6	152,3	150,0	151,9	149,5
	v. h. (%)	11,6	12,5	20,5	5,0	-5,3	1,6	-9,5
Isolados	v. h. (%)	13,8	6,3	17,4	-0,4	-15,0	-3,6	1,1
Empregadores	v. h. (%)	7,8	25,7	26,5	16,3	17,7	13,0	-26,4

x: Não disponível

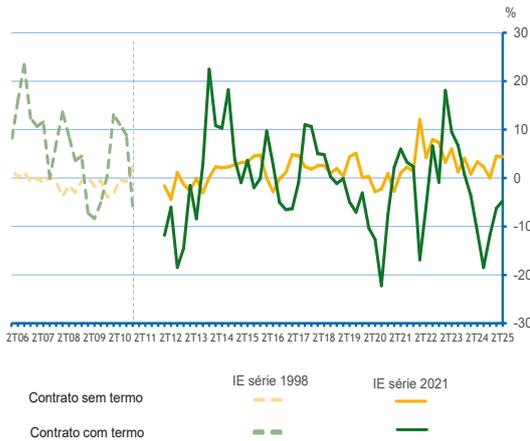
Taxa de emprego em Portugal e no Centro



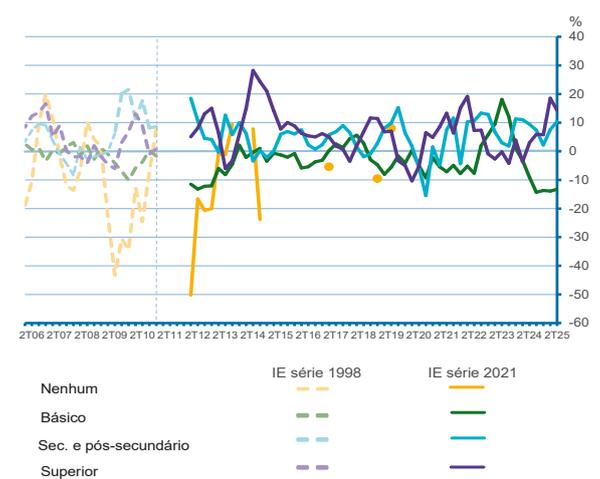
População empregada no Centro por situação na profissão (variação homóloga)¹²



População empregada por conta de outrem no Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)¹³



A taxa de desemprego¹⁴ da Região Centro fixou-se nos 4,9%, no segundo trimestre de 2025, o que traduziu uma diminuição tanta homóloga, como trimestral (de 0,4 pontos percentuais e 0,5 pontos percentuais, respetivamente) e prosseguiu a variação negativa observada no trimestre anterior, contrariando mais de um ano de acréscimos homólogos. Esta taxa permaneceu inferior à média nacional (de 5,9%) pelo terceiro trimestre consecutivo. A taxa de desemprego regional das mulheres aumentou 0,1 pontos percentuais face ao trimestre homólogo e continuou a superar a dos homens (5,8% contra 4,1%, respetivamente).

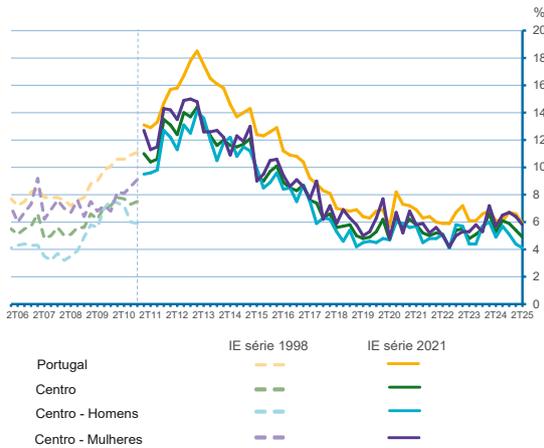
¹² Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

¹³ Em alguns trimestres, no nível de escolaridade “Nenhum”, não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

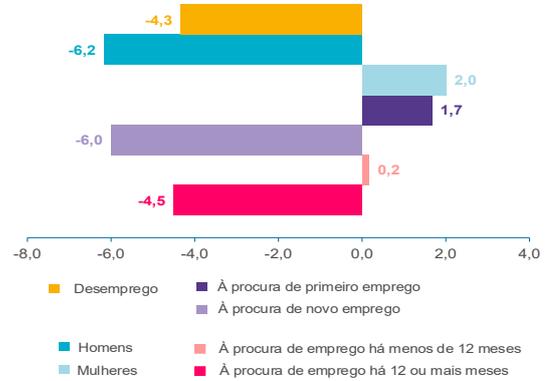
¹⁴ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Neste período, na região, encontravam-se desempregados 57,5 mil indivíduos, o que representou uma redução homóloga (-4,3%), mantendo o comportamento negativo do trimestre precedente, que havia interrompido mais de um ano de acréscimos homólogos sucessivos. Das categorias de desempregados analisadas, registaram-se expressivas reduções homólogas nos desempregados do sexo masculino (-13,2%), nos desempregados há 12 ou mais meses (-11,9%) e nos desempregados à procura de novo emprego (-6,9%). Os desempregados do sexo masculino e à procura de novo emprego foram também os que mais contribuíram para a variação regional da taxa de desemprego no trimestre (com um contributo de -6,2 pontos percentuais e de -6,0 pontos percentuais, respetivamente). As restantes três categorias de desempregados apresentaram variações homólogas positivas neste trimestre, com destaque para o crescimento de 12,3% nos desempregados à procura do primeiro emprego.

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no segundo trimestre de 2025 (%)



Quadro 4 – Desemprego		2T25	1T25	4T24	3T24	2T24	2024	2023	
		média trimestral							
Taxa de desemprego									
Portugal	%	5,9	6,6	6,7	6,1	6,1	6,4	6,5	
Centro	%	4,9	5,4	5,9	6,1	5,3	6,0	5,2	
	v. h. (p.p.)	-0,4	-1,2	0,4	1,0	0,5	0,8	0,2	
Homens	%	4,1	4,4	5,1	5,7	4,9	5,5	5,1	
Mulheres	%	5,8	6,4	6,7	6,5	5,7	6,5	5,4	
16 - 24 anos	%	x	23,1	23,1	21,5	20,8	23,0	17,1	
25 - 44 anos	%	x	x	6,0	6,9	x	6,1	5,3	
45 - 89 anos	%	x	x	3,7	3,6	x	3,8	3,6	
População desempregada – Centro		milhares	57,5	62,9	67,4	69,8	60,1	67,9	59,2
	v. h. (%)	-4,3	-15,5	8,1	20,8	10,7	14,7	8,8	
Homens	v. h. (%)	-13,2	-24,1	-9,1	30,9	12,4	8,2	5,4	
Mulheres	v. h. (%)	3,1	-8,0	27,6	12,7	9,2	20,9	12,3	
16 - 24 anos	v. h. (%)	x	-17,3	17,4	12,9	x	27,7	-9,7	
25 - 44 anos	v. h. (%)	x	x	x	x	x	16,2	2,5	
45 - 89 anos	v. h. (%)	x	x	x	x	x	5,1	35,2	
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	12,3	-26,9	-6,7	-15,3	12,5	7,3	-17,2	
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-6,9	-13,0	11,8	28,1	10,4	16,1	15,9	
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	0,3	-23,4	10,1	29,6	19,4	19,5	16,4	
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-11,9	4,3	2,6	5,6	-1,3	5,9	-3,3	

x: Não disponível

No trimestre em análise, na região e no país, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem registou novos máximos históricos. Assim, na Região Centro, o salário médio fixou-se nos 1.212 euros, resultado de um crescimento homólogo real de 5,5%. Esta evolução do salário médio líquido mensal, embora a um menor ritmo, prosseguiu o crescimento observado há já quase dois anos (que havia infletido mais de um ano de contrações homólogas sucessivas) e traduz uma variação real acima da média nacional (4,9%). Todavia, o salário médio regional permaneceu abaixo do salário médio nacional (1.264 euros).

Quadro 5 – Salários		2T25	1T25	4T24	3T24	2T24	2024	2023
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	1.264	1.250	1.226	1.194	1.178	1.185	1.076
	v. h. real (%)	4,9	7,2	9,5	8,0	6,6	7,5	0,1
Centro	€	1.212	1.184	1.165	1.142	1.124	1.125	1.019
	v. h. real (%)	5,5	8,3	10,8	9,4	7,1	7,8	-0,2

DESEMPREGO REGISTRADO

-2,6%

foi a variação homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego da Região Centro

No segundo trimestre de 2025, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro diminuíram face ao mesmo período do ano anterior, infletindo dois anos de crescimentos homólogos consecutivos. Também os novos desempregados diminuíram, o que já não sucedia há três anos. As colocações realizadas pelo IEFP continuaram a crescer face a igual período do ano anterior.

78

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego da região

Neste trimestre, encontravam-se inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), da Região Centro, 56,5 mil desempregados, refletindo uma diminuição homóloga de 2,6%. Esta contração do número de desempregados na região inverteu a tendência de aumentos homólogos sucessivos que se verificavam há já dois anos.

Para tal, contribuiu a contração homóloga ocorrida nos novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região (-7,1%), que contrariou a trajetória de crescimento observada nos últimos três anos. Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 284 novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região, aproximadamente menos 22 do que no trimestre homólogo de 2024.

As colocações efetuadas pelo IEFP na região registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo de 10,2%, dando continuidade ao comportamento positivo do trimestre anterior. Em termos médios, ocorreram cerca de 78 colocações por dia (mais 7 do que em igual trimestre de 2024).

Quadro 6 – Desemprego Registrado		2T25	1T25	4T24	3T24	2T24	2024	2023
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	56,5	61,5	58,8	58,2	58,0	58,6	55,6
	v. h. (%)	-2,6	3,7	3,8	5,5	8,0	5,3	3,6
Novos desempregados**	milhares	25,6	33,6	31,9	31,3	27,5	30,7	29,5
	v. h. (%)	-7,1	5,0	1,3	1,3	8,3	3,9	10,7
Colocações do IEFP**	milhares	7,0	7,8	5,4	7,3	6,4	6,5	7,6
	v. h. (%)	10,2	11,5	-24,1	-12,3	-15,3	-14,6	3,6

* valores médios trimestrais

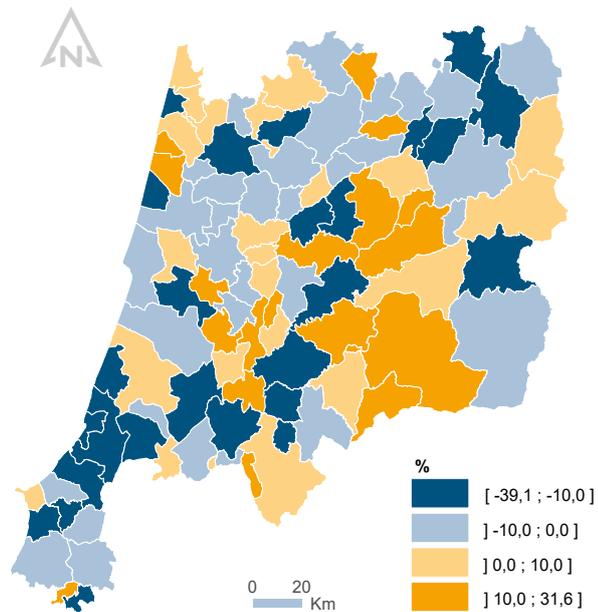
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que, em 59 dos 100 municípios da região, o desemprego diminuiu face a igual período do ano anterior, destacando-se Vila de Rei pelo acentuado decréscimo (-39,1%). Nos restantes 41 municípios, o número de desempregados aumentou, evidenciando-se Oleiros com o acréscimo homólogo mais significativo (36,1%).

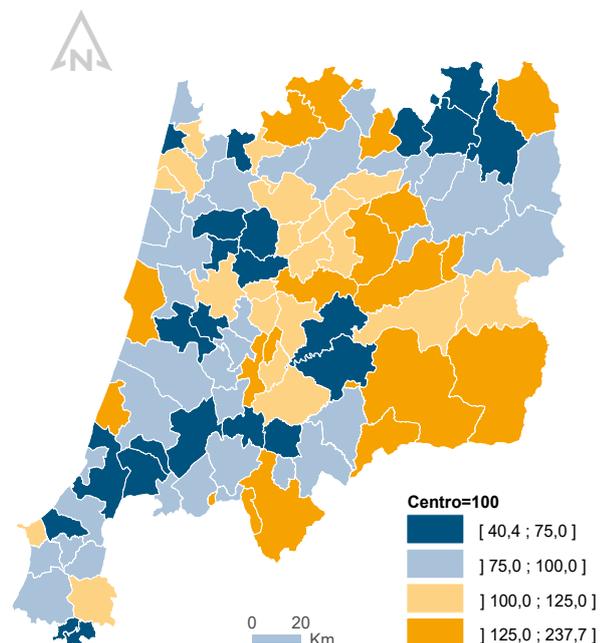
¹⁵ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IIEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]_{\text{m}}}{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]_{\text{RC}}} * 100$, sendo m determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2024.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 60 municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja, índices de disparidade¹⁵ inferiores a 100. O município mais bem posicionado era Meda (40,4), uma vez que apresentava menos de metade dessa média. Dos 40 municípios com índices superiores à média regional, manteve-se em destaque o município de Idanha-a-Nova (237,7), com mais do dobro da referida média.

Variação homóloga do desemprego registado por município no segundo trimestre de 2025



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no segundo trimestre de 2025¹⁵



EMPRESAS

10,5%

foi o aumento homólogo das constituições de empresas na região

-20,6%

foi a diminuição homóloga das ações de insolvência de empresas na região

No segundo trimestre de 2025, na Região Centro, assistiu-se a um aumento das empresas constituídas e a uma forte contração das ações de insolvência face a igual trimestre do ano anterior. Os empréstimos concedidos às empresas mantiveram a tendência de diminuição verificada há quase quatro anos. Também o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos continuou a diminuir na região e no país em termos homólogos.

Na região foram constituídas 2.141 novas empresas, neste trimestre, o que se traduziu num acréscimo de 10,5% face a igual período do ano anterior. Esta evolução regional intensificou a trajetória positiva observada há quase dois anos e superou o crescimento do país (que foi de 2,5%). Em termos médios, foram criadas cerca de 24 novas empresas, por dia, na região, contribuindo para as 143 constituídas, diariamente, no país.

As ações de insolvência¹⁶ de empresas diminuíram significativamente face a igual período do ano anterior, tendo-se observado uma variação de -20,6% no Centro e de -11,0% em Portugal. Esta evolução regional das ações de insolvência contrariou o forte aumento registado no trimestre anterior, parecendo retomar o comportamento negativo verificado desde o terceiro trimestre de 2024. Em Portugal, ocorreram cerca de 11 ações de insolvência, em média, por dia, das quais duas foram de empresas com sede na Região Centro.

Os empréstimos concedidos pela banca a empresas não financeiras continuaram a diminuir no segundo trimestre de 2025, o que já sucede há quase quatro anos. Assim, neste trimestre, na região, registou-se um decréscimo homólogo real destes empréstimos de 1,2%, o menos acentuado desde do primeiro trimestre de 2022 e que denota um abrandamento gradual na região desde meados de 2024. No país, a redução foi menos expressiva, tendo os empréstimos concedidos diminuído 0,3% em termos homólogos reais.

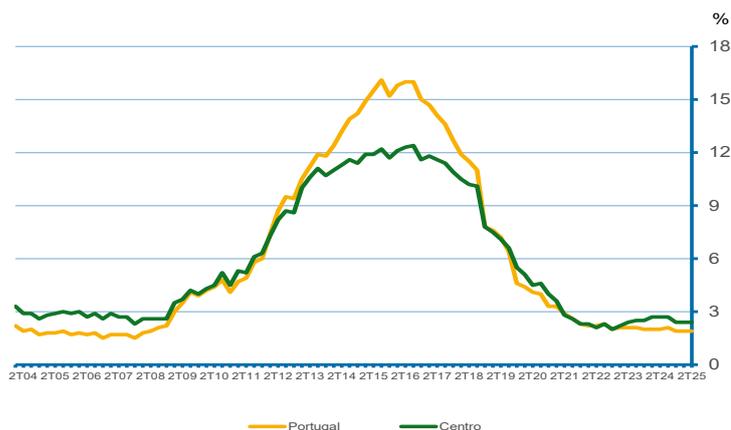
¹⁶ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a empresas não financeiras (variação homóloga real)



Neste trimestre, o incumprimento das empresas, em termos de crédito bancário, medido pela importância dos empréstimos vencidos no total dos concedidos às empresas não financeiras, diminuiu na região face ao trimestre homólogo, tendo-se fixado nos 2,4%. Este peso regional igualou o observado nos dois trimestres precedentes e foi superior à média nacional de 1,9% (que também decresceu ligeiramente em termos homólogos).

Peso dos empréstimos vencidos das empresas não financeiras



Quadro 7 – Empresas		2T25	1T25	4T24	3T24	2T24	2024	2023
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	12.875	15.407	11.846	11.466	12.564	12.738	12.526
	v. h. (%)	2,5	2,2	1,6	-1,5	9,6	1,7	5,2
Centro	número	2.141	2.588	1.882	1.781	1.938	2.002	1.868
	v. h. (%)	10,5	7,5	7,4	2,8	19,6	7,2	7,2
Empréstimos concedidos a empresas não financeiras*								
Portugal	milhões €	74.160	72.608	72.163	72.438	72.741	72.671	74.101
	v. h. real (%)	-0,3	-2,4	-4,0	-3,3	-4,5	-4,2	-6,7
Centro	milhões €	12.749	12.650	12.414	12.515	12.622	12.622	13.341
	v. h. real (%)	-1,2	-2,7	-5,8	-6,5	-8,2	-7,6	-9,0
Empréstimos vencidos (em percentagem dos concedidos)*								
Portugal	%	1,9	1,9	1,9	2,1	2,0	2,0	2,1
Centro	%	2,4	2,4	2,4	2,7	2,7	2,6	2,4
Ações de insolvência								
Portugal	número	998	1.094	1.023	794	1.121	994	1.028
	v. h. (%)	-11,0	5,6	-9,1	0,8	5,5	-3,4	0,2
Centro	número	170	201	174	136	214	171	189
	v. h. (%)	-20,6	24,8	-12,6	-4,9	10,9	-9,3	0,7

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

0,9%

foi a variação
homóloga real das
saídas de bens da
região

4,4%

foi a variação
homóloga real das
entradas de bens na
região

No segundo trimestre de 2025, na Região Centro, continuou a assistir-se a aumentos homólogos reais nas saídas e entradas de bens, tendo a variação das entradas sido mais significativa. O crescimento do mercado intracomunitário foi o que mais justificou a variação regional das saídas de bens. No caso das entradas de bens, o maior contributo foi do mercado extracomunitário.

As saídas de bens da Região Centro observaram, neste trimestre, um aumento homólogo real¹⁷ de 0,9%, superando o crescimento ocorrido no país (0,5%) e mantendo o comportamento positivo dos três trimestres precedentes (que havia infletido um ano de contrações homólogas reais), embora a um ritmo menor. Tanto o mercado intracomunitário, como o extracomunitário contribuíram para esta evolução regional, tendo o aumento homólogo mais significativo ocorrido nas saídas para os países da União Europeia (1,2%).

¹⁷ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2021).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		2T25	1T25	4T24	3T24	2T24	2024	2023
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	19.988,7	21.092,9	19.673,0	19.379,7	20.237,4	19.723,8	19.335,0
	v. h. real (%)	0,5	8,0	4,5	8,7	2,8	3,3	-0,8
Intracomunitárias	milhões €	14.438,5	15.393,5	13.934,5	13.806,6	14.394,8	14.000,9	13.561,2
	v. h. real (%)	2,0	11,4	6,6	12,5	2,0	4,6	-1,4
Extracomunitárias	milhões €	5.550,2	5.699,4	5.738,5	5.573,0	5.842,6	5.722,9	5.773,9
	v. h. real (%)	-3,4	-0,3	-0,2	0,4	4,8	0,4	0,5
Centro	milhões €	3.798,0	3.814,2	3.753,5	3.567,0	3.827,7	3.697,0	3.756,5
	v. h. real (%)	0,9	5,2	4,8	3,2	-1,8	-0,3	0,6
Intracomunitárias	milhões €	2.894,2	2.874,1	2.765,2	2.674,1	2.909,9	2.770,0	2.854,5
	v. h. real (%)	1,2	5,6	3,3	2,2	-2,6	-1,7	-0,3
Extracomunitárias	milhões €	903,8	940,1	988,3	892,9	917,8	927,0	902,0
	v. h. real (%)	0,2	3,8	9,3	6,1	1,0	4,1	3,7
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	28.586,8	27.367,3	28.081,8	26.817,7	26.831,5	26.810,9	26.287,1
	v. h. real (%)	9,4	7,6	9,8	11,1	3,8	5,8	-0,3
Intracomunitárias	milhões €	21.728,8	20.798,7	21.265,9	19.619,8	19.615,4	19.969,1	19.599,0
	v. h. real (%)	13,7	7,7	9,2	10,7	3,1	5,7	6,9
Extracomunitárias	milhões €	6.858,0	6.568,6	6.815,9	7.198,0	7.216,1	6.841,8	6.688,1
	v. h. real (%)	-2,4	7,4	11,5	12,4	5,8	6,1	-16,8
Centro	milhões €	3.648,9	3.486,8	3.539,1	3.357,9	3.588,0	3.437,1	3.466,7
	v. h. real (%)	4,4	7,2	8,6	6,5	0,6	2,9	-0,4
Intracomunitárias	milhões €	2.758,1	2.701,9	2.704,1	2.536,2	2.755,0	2.626,6	2.711,5
	v. h. real (%)	2,8	8,0	4,6	3,1	0,1	0,5	3,6
Extracomunitárias	milhões €	890,8	784,9	834,9	821,7	833,0	810,5	755,2
	v. h. real (%)	9,8	4,7	24,2	18,2	2,5	11,3	-12,5

* Os valores de 2025 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2021. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

¹⁸ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância igual ou superior a 93% e 91% do total das saídas e das entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação deste boletim.

¹⁹ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto mais de 77% do total das saídas e das entradas de bens na região.

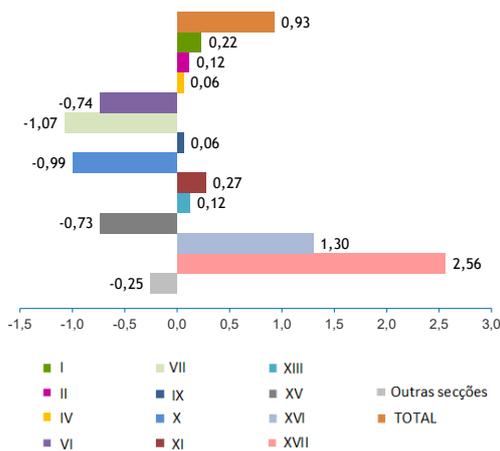
²⁰ Atendendo à concretização do Brexit ocorrida a 31 de janeiro de 2020, os dados referentes às transações para o Reino Unido foram considerados pelo Instituto Nacional de Estatística, a partir de fevereiro de 2020, no comércio extracomunitário. Neste âmbito, é ainda de referir que os valores do Reino Unido deixaram de incluir a Irlanda do Norte.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as 12 secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁸ da Região Centro, verificou-se que, neste trimestre, oito destas secções tiveram uma evolução positiva, destacando-se, com um contributo conjunto de 3,86 pontos percentuais, as secções XVII “material de transporte” e XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios”. Já as restantes quatro secções contrariaram este comportamento regional, salientando-se, com o contributo negativo mais significativo, a secção VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (-1,07 pontos percentuais).

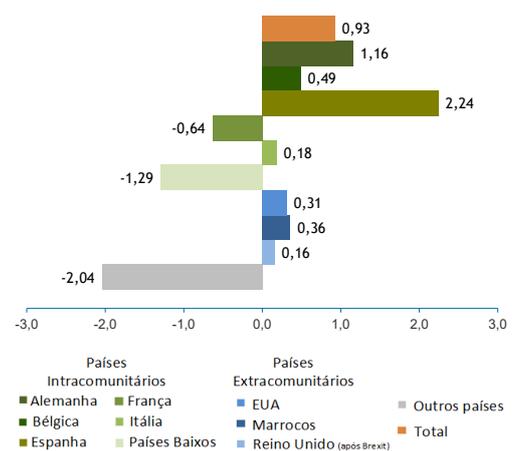
Analisando as saídas de bens da região tendo em consideração os países de destino com maior importância nas transações internacionais¹⁹ da Região Centro, constatou-se que a maioria dos países analisados no mercado intracomunitário e todos os países extracomunitários contribuíram para a variação homóloga real positiva registada no trimestre. Assim, no mercado intracomunitário, destacaram-se a Espanha e a Alemanha, com um contributo conjunto de 3,40 pontos percentuais, e no mercado extracomunitário, Marrocos que justificou em 0,36 pontos percentuais a variação regional das saídas de bens. Apenas dois países intracomunitários contrariaram a evolução regional positiva: os Países Baixos e a França (com contributos de -1,29 pontos percentuais e de -0,64 pontos percentuais, respetivamente).

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no segundo trimestre de 2025 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada¹⁸



Contributos dos países^{19 20}



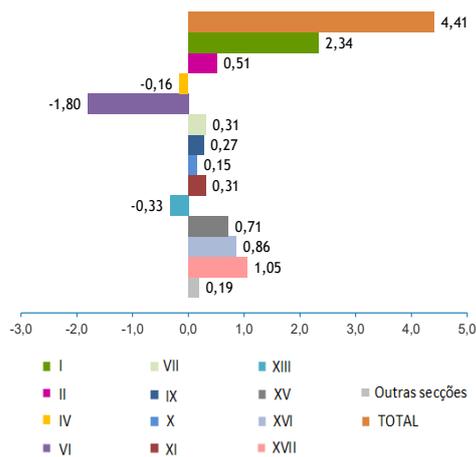
As entradas de bens na Região Centro registaram, face a igual período do ano anterior, um aumento real de 4,4%, acompanhando a evolução nacional (que aumentou 9,4%) e dando continuidade às variações homólogas reais positivas observadas há já um ano. Tanto o mercado intracomunitário, como o extracomunitário contribuíram positivamente para esta variação regional das entradas de bens, tendo o crescimento homólogo das entradas provenientes dos países de fora da União Europeia sido o mais relevante (9,8%).

Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que, neste trimestre, nove destes grupos de produtos contribuíram positivamente para a variação homóloga real positiva das entradas de bens, evidenciando-se, com um contributo conjunto de 3,39 pontos percentuais, duas destas secções: I “animais vivos e produtos do reino animal” e XVII “material de transporte”. As restantes três secções analisadas tiveram um contributo negativo, destacando-se a secção VI “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” (com um contributo de -1,80 pontos percentuais para a variação total).

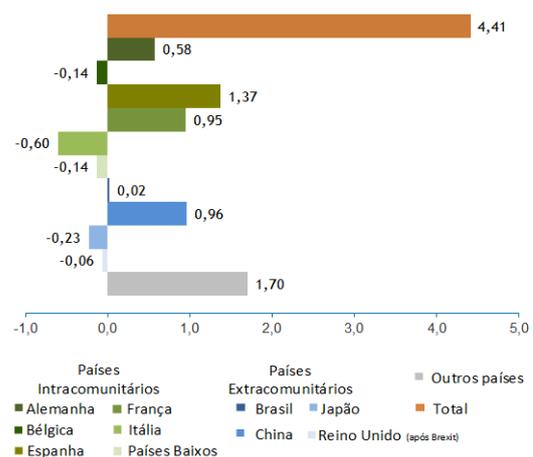
No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que foi a Espanha e a França, no mercado intracomunitário, e a China, no mercado extracomunitário, que mais justificaram a variação regional positiva das entradas de bens. Estes três países, em conjunto, contribuíram em 3,28 pontos percentuais para a variação total. Com uma evolução regional negativa surgem cinco dos países analisados, destacando-se a Itália com um contributo de -0,60 pontos percentuais.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no segundo trimestre de 2025 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada¹⁸



Contributos dos países^{19,20}



TURISMO

2,2 milhões

de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região

143,3 milhões de euros

foram os proveitos desses estabelecimentos

No segundo trimestre de 2025, os hóspedes e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico continuaram a registar aumentos homólogos na região e no país, acelerando face ao trimestre anterior. Também as dormidas cresceram, em termos homólogos, invertendo a variação negativa observada no primeiro trimestre de 2025 de forma muito significativa. A estada média permaneceu inalterada face ao período homólogo, mas aumentou ligeiramente face ao período precedente.

Neste trimestre, os estabelecimentos de alojamento turístico²¹ da Região Centro acolheram 1,3 milhões de hóspedes, traduzindo um aumento homólogo de 4,7%. Este crescimento foi superior ao acréscimo do trimestre anterior e ligeiramente mais expressivo do que a média nacional (4,4%), mas abaixo do trimestre homólogo. Se considerarmos apenas a hotelaria (excluindo, assim, o turismo no espaço rural, de habitação e o alojamento local), o crescimento dos hóspedes, na região, foi menos elevado (4,4%), tendo igualmente melhorado face ao período precedente, mas desacelerado face ao trimestre homólogo.

Também as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região registaram um aumento face ao período homólogo (4,8%), acima da média do país (4,2%), tendo atingido os 2,2 milhões. Esta evolução das dormidas contrariou o comportamento negativo do trimestre anterior, parecendo retomar a trajetória positiva verificada há mais de três anos consecutivos e que poderá ser explicada pela estrutura móvel do calendário, ou seja, pelo efeito do período de férias associado à Páscoa (que este ano ocorreu em abril, enquanto no ano anterior foi em março).

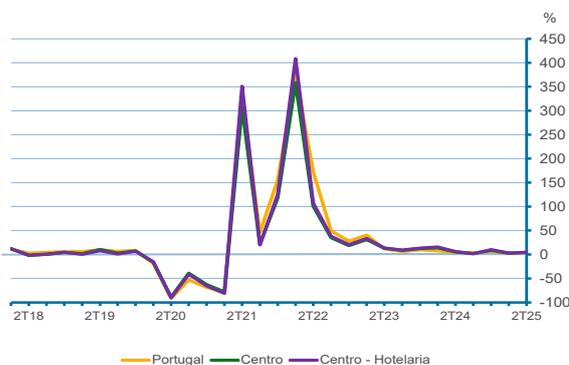
Consequentemente, os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram acréscimos homólogos significativos reais na região e no país (10,0% e 7,0%, respetivamente), acelerando face ao período anterior. Para a evolução regional dos proveitos que, neste trimestre, se cifraram nos 143,3 milhões de euros, contribuiu o crescimento homólogo real dos proveitos de aposento (de 12,1%). Estes proveitos representavam, neste trimestre, cerca de 74% do total de proveitos em estabelecimentos de alojamento turístico.

Já a estada média na Região Centro e em Portugal cifrou-se, respetivamente, nas 1,7 e 2,5 noites, mantendo-se inalterada face ao trimestre homólogo, mas ligeiramente acima da registada no primeiro trimestre de 2025.

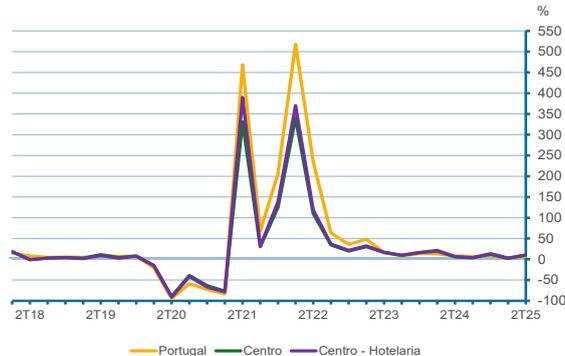
Apesar de anteriormente referido, importa reforçar que os resultados do setor do turismo registados nos dois primeiros trimestres de 2025 foram influenciados pela Páscoa mais tardia, uma vez que esta celebração costuma impulsionar a procura turística na respetiva época pelo efeito das férias que habitualmente lhes estão associadas.

²¹ O setor de alojamento turístico inclui a hotelaria, o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local. A hotelaria abrange hotéis, hotéis-apartamentos, Pousadas e Quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico (variação homóloga)



Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico (variação homóloga real)



Quadro 9 – Turismo		2T25	1T25	4T24	3T24	2T24	2024	2023	
								média trimestral	
Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico									
Portugal	milhares	9.172	5.689	6.997	10.248	8.790	7.897	7.507	
	v. h. (%)	4,4	2,4	6,5	3,7	4,3	5,2	13,2	
Centro	milhares	1.306	871	1.080	1.548	1.247	1.181	1.111	
	v. h. (%)	4,7	2,5	8,8	1,9	5,1	6,3	13,9	
Hotelaria	milhares	1.009	691	861	1.147	967	911	850	
	v. h. (%)	4,4	3,2	10,1	1,7	6,2	7,2	15,0	
Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico									
Portugal	milhares	23.018	13.407	16.729	28.069	22.093	20.089	19.295	
	v. h. (%)	4,2	-0,4	4,5	3,2	3,0	4,1	10,7	
Centro	milhares	2.238	1.399	1.815	2.993	2.135	2.092	1.986	
	v. h. (%)	4,8	-1,8	6,3	2,5	3,0	5,4	11,6	
Hotelaria	milhares	1.697	1.088	1.416	2.175	1.625	1.579	1.481	
	v. h. (%)	4,5	-1,2	7,9	2,7	4,4	6,6	12,3	
Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico									
Portugal	milhares €	2.040.228	955.309	1.345.061	2.550.791	1.865.538	1.668.638	1.503.831	
	v. h. real (%)	7,0	2,3	8,9	6,8	8,0	8,3	15,0	
Centro	milhares €	143.349	87.231	115.261	188.807	127.515	128.815	116.150	
	v. h. real (%)	10,0	1,9	11,8	3,5	5,8	8,3	14,7	
Hotelaria	milhares	115.213	71.770	94.639	145.198	101.758	102.423	91.499	
	v. h. real (%)	10,7	3,1	13,6	3,8	6,7	9,3	15,6	
Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico									
Portugal	n.º noites	2,5	2,4	2,4	2,7	2,5	2,5	2,6	
Centro	n.º noites	1,7	1,6	1,7	1,9	1,7	1,8	1,8	

Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre.
 Os valores de 2025 são provisórios, exceto os do mês mais recente que são preliminares.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

40,2%

*foi o crescimento
homólogo dos novos
fogos para habitação
familiar licenciados na
região*

No segundo trimestre de 2025, os edifícios licenciados aumentaram na região, embora a um ritmo de crescimento menor face aos períodos homólogo e anteriores. Em contraste, as obras concluídas diminuíram expressivamente, com exceção dos novos fogos para habitação familiar concluídos que aumentaram. Relativamente à evolução dos empréstimos à habitação em termos homólogos reais, o crédito concedido voltou a aumentar, enquanto que os empréstimos vencidos registaram uma quebra significativa.

4,5%

*foi o aumento
homólogo real
regional dos
empréstimos à
habitação concedidos*

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.891 edifícios, o que correspondeu a um acréscimo homólogo de 7,3%. Esta variação regional superou a tendência nacional (aumento homólogo de 3,5%) e, apesar do abrandamento registado face aos trimestres anteriores, prosseguiu o crescimento observado há já um ano. O licenciamento de construções novas aumentou 7,9% face a igual período do ano anterior, mantendo o crescimento verificado no último ano, embora também a um menor ritmo. O licenciamento de novos fogos para habitação familiar observou um aumento homólogo muito significativo de 40,2%, acentuando o comportamento positivo já registado desde o trimestre homólogo de 2024.

Os edifícios concluídos diminuíram 16,6%, na região, face a igual período do ano anterior, intensificado a trajetória negativa verificada nos dois trimestres anteriores. Esta diminuição deveu-se à significativa contração homóloga das conclusões de construções novas (-17,9%). Já os novos fogos concluídos para habitação familiar aumentaram 3,3%, em termos homólogos, dando continuidade à evolução positiva observada há três anos, embora a um menor ritmo. Em termos nacionais, os edifícios concluídos registaram uma redução homóloga de 15,0%, acentuando a evolução negativa observada no período anterior, após quase um ano de aumentos homólogos.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação, no segundo trimestre de 2025, aumentaram na região (4,5%) e no país (5,4%), em termos homólogos reais, intensificando o comportamento positivo observado no primeiro trimestre de 2025. No caso regional, esta evolução favorável do crédito concedido, influiu a variação nula observada no quarto trimestre de 2024 e quase três anos de quebras homólogas sucessivas. Os empréstimos à habitação vencidos na região diminuíram significativamente face a igual período do ano anterior (-10,3%), acompanhando a evolução nacional de decréscimo e intensificando a trajetória de quebra verificada há mais de oito anos consecutivos. Já o peso regional dos empréstimos vencidos no total dos concedidos à habitação cifrou-se em 0,2%, igualando a média nacional, mas diminuindo ligeiramente face ao período homólogo e anteriores. Este peso regional foi o mais baixo dos últimos 16 anos (que, no passado, chegou a atingir os 2,6%).

Quadro 10 – Construção e Habitação		2T25	1T25	4T24	3T24	2T24	2024	2023
		média trimestral						
Edifícios licenciados*								
Portugal	número	6.412	7.096	6.820	6.571	6.195	6.368	5.860
	v. h. (%)	3,5	20,6	24,3	19,9	4,3	8,7	-6,1
Centro	número	1.891	2.028	1.839	1.774	1.763	1.748	1.601
	v. h. (%)	7,3	25,7	18,6	15,3	7,9	9,1	-2,8
Construções novas	número	1.485	1.573	1.420	1.374	1.376	1.341	1.193
	v. h. (%)	7,9	31,7	30,6	18,3	11,7	12,4	-2,8
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	40,2	38,0	52,7	20,6	16,2	18,2	3,8
Edifícios concluídos* **								
Portugal	número	3.862	3.885	4.277	4.217	4.544	4.345	4.278
	v. h. (%)	-15,0	-10,5	2,8	0,7	5,7	1,6	-0,2
Centro	número	1.054	1.052	1.143	1.091	1.264	1.161	1.166
	v. h. (%)	-16,6	-8,2	-3,7	0,4	7,1	-0,4	2,6
Construções novas	número	871	881	937	911	1.061	972	968
	v. h. (%)	-17,9	-10,0	-3,8	0,1	8,3	0,5	4,7
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	3,3	8,7	9,5	31,6	15,7	15,2	6,5
Empréstimos concedidos para habitação***								
Portugal	v. h. real (%)	5,4	3,0	0,7	-0,6	-2,5	-1,3	-4,4
Centro	v. h. real (%)	4,5	2,2	0,0	-1,4	-3,1	-2,0	-4,9
Empréstimos à habitação vencidos***								
Portugal	v. h. real (%)	-6,1	-1,3	5,5	0,5	-14,8	-6,2	-28,2
Centro	v. h. real (%)	-10,3	-8,5	-1,7	-9,0	-18,0	-10,4	-24,2

*O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

** Os dados são preliminares e a informação para os anos de 2023, 2024 e 2025 baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

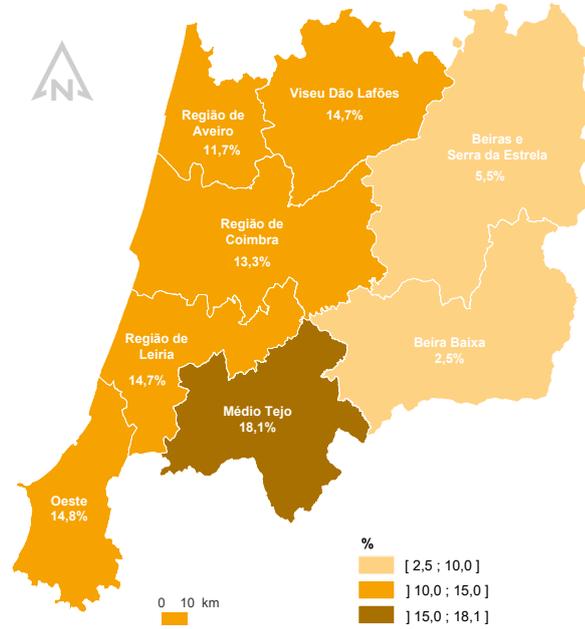
²² Esta análise refere-se apenas às oito sub-regiões do Centro, dado que, a partir do quarto trimestre de 2023, deixaram de ser apurados, pelo INE, os valores da avaliação bancária da habitação para o total da Região Centro a 100 municípios. Recordar-se que esta série foi descontinuada, passando apenas a ser divulgada informação na nova geografia, em vigor desde 01/01/2024, em que a Região Centro é composta por 77 municípios.

²³ Os valores apresentados para a Beira Baixa incluem os municípios da Sertã e de Vila de Rei que, na edição n.º 60 do boletim e anteriores, estavam integrados no Médio Tejo.

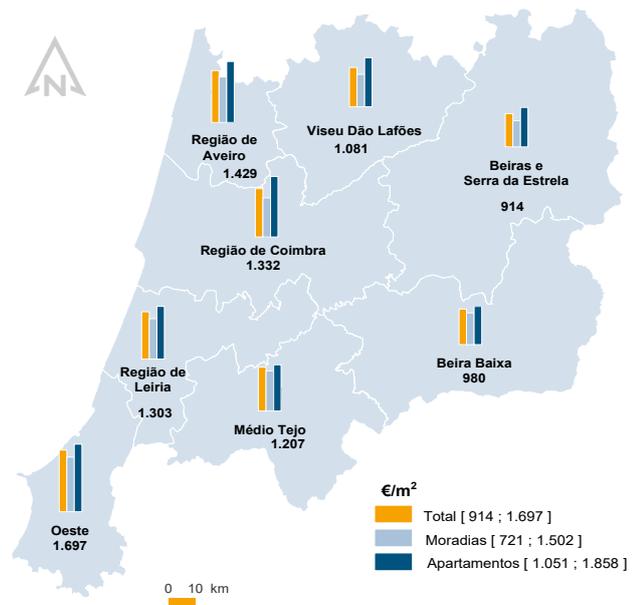
Na Região Centro²², no segundo trimestre de 2025, o valor da avaliação bancária continuou a aumentar em termos homólogos reais em todas as suas oito sub-regiões²³, o que já sucede há quase um ano. Mais de metade das sub-regiões do Centro observaram acréscimos acima de 10%, com destaque para o Médio Tejo, com a variação homóloga real mais expressiva (18,1%), seguindo-se o Oeste (14,8%), a Região de Leiria e Viseu Dão Lafões (com 14,7% cada). A Beira Baixa registou o acréscimo menos significativo (2,5%).

Considerando as duas tipologias de habitação (moradias e apartamentos), o Oeste foi a sub-região com a avaliação bancária mais elevada em termos médios globais (1.697€/m²), evidenciando também a valorização mais alta nos apartamentos (1.858€/m²) e nas moradias (1.502€/m²). Em contraste, a sub-região Beiras e Serra da Estrela registava a menor valorização global da habitação (914€/m²) e também nas moradias (721€/m²). Já os apartamentos apresentaram a avaliação bancária mais baixa na Beira Baixa (1.051€/m²). O Médio Tejo e a Beira Baixa apresentavam o menor diferencial entre a avaliação bancária dos apartamentos e das moradias, 168€/m² e 182€/m², respetivamente, por oposição à Região de Coimbra, onde esta diferença era de 589€/m².

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2025



Avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2025



PREÇOS

1,6%

foi a taxa de inflação
homóloga regional no
trimestre

No segundo trimestre de 2025, o Índice de Preços no Consumidor continuou a aumentar na Região Centro e em Portugal, mas desacelerou face aos períodos homólogo e anteriores.

²⁴ A partir do primeiro trimestre de 2025, a análise regional do IPC incide sobre a nova Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS 2024), em vigor desde 01/01/2024, em que a Região Centro é composta por 77 municípios. Esta alteração resulta do facto do INE ter deixado de apurar os índices regionais do IPC para a desagregação geográfica NUTS 2013, em que a Região Centro é constituída por 100 municípios, tendo essa série sido descontinuada. Deste modo, a configuração da Região Centro utilizada neste capítulo é distinta da dos restantes capítulos desta publicação.

O nível médio de preços na Região Centro²⁴, avaliado pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou um crescimento de 1,6%, em termos homólogos, no segundo trimestre de 2025. Apesar desta evolução prosseguir a tendência de aumentos homólogos sucessivos iniciada em 2021, denota um abrandamento face aos períodos homólogo e anteriores. Esta variação positiva do IPC na região acompanhou o comportamento nacional dos preços, que também cresceram, mas a um ritmo superior (2,2%). Na região, nove das 12 classes de despesa contribuíram para este crescimento do nível geral dos preços, destacando-se, com os acréscimos mais expressivos, o “lazer, recreação e cultura” e os “restaurantes e hotéis” (com 4,8% cada). Apenas três classes de despesa registaram variações negativas na comparação homóloga: o “vestuário e calçado” (-3,5%), as “comunicações” (-1,4%) e os “acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-0,7%).

Quadro 11 – Preços		2T25	1T25	4T24	3T24	2T24	2024	2023
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	2,2	2,3	2,6	2,2	2,7	2,4	4,3
Centro	v. h. (%)	1,6	1,7	2,2	1,7	2,4	2,1	3,9
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	2,2	1,5	3,1	3,0	1,8	2,2	10,2
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	0,9	3,1	3,2	2,9	3,7	3,1	4,5
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-3,5	-1,6	-1,8	-2,0	-1,5	-1,8	1,7
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	3,2	3,1	6,9	5,9	9,0	6,9	-2,9
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-0,7	-1,2	-1,9	-2,2	-2,5	-1,9	5,0
Saúde	v. h. (%)	2,5	2,4	2,4	2,8	3,0	3,0	2,2
Transportes	v. h. (%)	0,1	1,2	0,4	-0,9	2,7	1,2	0,1
Comunicações	v. h. (%)	-1,4	1,8	6,1	6,3	6,0	6,1	3,8
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	4,8	2,8	1,6	1,0	0,7	1,5	4,1
Educação	v. h. (%)	3,5	3,2	3,2	3,5	3,3	3,3	2,1
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	4,8	4,7	4,4	4,5	5,0	5,0	8,0
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,4	1,6	1,5	0,2	0,2	0,3	1,5

CONSUMO PRIVADO**8,4%**

*foi o crescimento
homólogo real
das entradas
intra-comunitárias de
bens de consumo na
região*

4,9%

*foi a variação
homóloga real
dos empréstimos
concedidos para
consumo na região*

Na Região Centro e em Portugal, a quase totalidade dos indicadores representativos do consumo privado apresentou evoluções favoráveis face a igual período do ano anterior.

No segundo trimestre de 2025, as entradas intra-comunitárias de bens de consumo registaram, na região, um aumento homólogo real de 8,4%, acompanhando a tendência nacional que observou um crescimento de 12,2%. Este aumento regional das importações de bens de consumo intensificou o comportamento positivo do trimestre anterior, que influiu na trajetória negativa verificada durante quase todo o ano de 2024.

As receitas de cinema aumentaram muito significativamente, em termos homólogos reais, tanto na Região Centro (53,7%), como em Portugal (44,5%), invertendo o comportamento negativo registado no trimestre precedente.

Os empréstimos concedidos para consumo aumentaram 4,9%, na região, em termos homólogos reais, superando o crescimento registado do país (4,3%) e intensificando o comportamento positivo observado nos trimestres homólogo e anteriores. O peso dos empréstimos vencidos para consumo no total dos concedidos manteve-se face ao período homólogo e aos dois trimestres precedentes, fixando-se, em 2,2% na região e em 2,5% no país. A evolução regional do indicador foi mais favorável do que a da nacional.

As compras em Terminais de Pagamento Automático (TPA) registaram um aumento homólogo real de 7,5% na região, superior ao acréscimo observado no país (5,7%). Esta variação regional ocorrida nas compras em TPA manteve a trajetória de crescimento verificada há quatro anos e foi explicada pelas compras realizadas quer em território nacional (que aumentaram 5,8%), quer no estrangeiro, destacando-se, contudo, o crescimento significativo destas últimas (de 21,8%). Também os pagamentos em caixas automáticos observaram um crescimento homólogo real na região (5,0%), superando a média nacional (de 4,8%) e prosseguindo o comportamento positivo dos três trimestres anteriores, que havia invertido um ano de quebras homólogas sucessivas. Já os levantamentos em caixas automáticos continuaram a diminuir em termos homólogos reais, o que já sucede há quase três anos, observando uma variação homóloga real de -4,8% na região e de -6,1% no país. Esta contração regional dos levantamentos foi explicada pela quebra homóloga real nos levantamentos nacionais (-5,1%) e também internacionais (-0,7%).

Quadro 12 – Consumo Privado		2T25	1T25	4T24	3T24	2T24	2024	2023
		média trimestral						
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*								
Portugal	v. h. real (%)	12,2	9,3	12,8	9,7	7,7	9,8	12,0
Centro	v. h. real (%)	8,4	4,9	-0,5	-1,2	3,6	-0,4	13,7
Receitas de cinema**								
Portugal	milhares	18.307,0	16.809,1	19.117,3	25.128,5	12.389,1	18.334,5	18.234,4
	v. h. real (%)	44,5	-1,6	18,9	-2,1	-32,7	-1,8	26,3
Centro	milhares	2.519,5	2.055,6	2.548,8	3.734,8	1.603,0	2.501,0	2.484,4
	v. h. real (%)	53,7	-5,1	19,4	4,9	-40,9	-1,7	33,3
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***								
Portugal	v. h. real (%)	4,3	3,4	2,8	2,4	0,4	1,3	-3,5
Centro	v. h. real (%)	4,9	3,9	3,3	2,9	1,3	2,0	-3,6
Empréstimos vencidos para consumo e outros fins (em percentagem dos concedidos)***								
Portugal	%	2,5	2,5	2,5	2,7	2,5	2,6	3,0
Centro	%	2,2	2,2	2,2	2,3	2,2	2,2	2,3
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	-6,1	-8,1	-2,8	-5,2	-5,9	-4,4	-3,8
Centro	v. h. real (%)	-4,8	-7,5	-1,3	-4,1	-5,1	-3,2	-2,5
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	4,8	9,8	6,7	-1,5	-20,2	-12,5	0,2
Centro	v. h. real (%)	5,0	10,4	7,7	0,7	-16,2	-8,9	1,4
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	5,7	5,3	9,5	5,8	5,6	6,5	5,7
Centro	v. h. real (%)	7,5	6,9	10,7	6,3	5,8	7,1	5,1

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2025 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2021.

** Os dados de 2025 das receitas de cinema são provisórios.

*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um programa de âmbito nacional, com um período de execução até 2026, que procura implementar um conjunto de reformas e de investimentos destinados a acelerar a convergência com a União Europeia e garantir uma economia mais verde, mais digital, mais resiliente e competitiva, uma sociedade menos desigual, com mais e melhor emprego. Consiste num conjunto de reformas e investimentos verdadeiramente transformadores, que têm como objetivo melhorar o desenvolvimento económico e social do país de forma justa, equitativa e sustentável.

O PRR está alinhado com os seis pilares relevantes da Estratégia Europeia 2030: Transição Verde; Coesão Social e Territorial; Transformação Digital; Saúde e Resiliência; Políticas; e Pequenas e Médias Empresas (PME). Com estas premissas presentes, o plano estrutura-se em três grandes áreas de intervenção: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital.

O PRR tem uma estrutura de gestão centralizada na relação entre os Estados Membros e a Comissão Europeia. A nível nacional, a eficácia na execução das medidas e no alcance dos resultados influenciou um modelo de governação em dois níveis: centralizado na gestão monitorização e controlo e descentralizado na execução, através de beneficiários intermediários e beneficiários diretos. A Estrutura de Missão Recuperar Portugal está mandatada para garantir a gestão da execução, monitorização e coordenação técnica do PRR.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) tem uma dotação de 22,2 mil milhões de euros (distribuídos por 16.325 milhões de euros de subvenções e 5.891 milhões de euros de empréstimos) e propõe uma intervenção em três dimensões distintas: Resiliência (15,1 milhões de euros) que representa 67,7% da dotação global do PRR, Transição Climática (4,4 milhões de euros), que representa 19,7% do PRR, e Transição Digital (2,7 milhões de euros), que representa 12,6% do PRR. Estas dimensões são concretizadas através de 21 componentes que, por sua vez, integram a execução de vários investimentos (117) e reformas (44), totalizando 161 medidas.

A dimensão Resiliência está associada a um aumento da capacidade de reação e de superação face a crises eminentes e aos desafios atuais e futuros que estão associados, sendo entendida em todas as suas vertentes: resiliência social, resiliência económica e do tecido produtivo e resiliência territorial. Inclui um conjunto robusto de intervenções em áreas estratégicas, designadamente no Serviço Nacional de Saúde, na habitação, nas respostas sociais, na cultura, na capitalização e inovação empresarial, nas qualificações e competências, nas infraestruturas, na floresta e na gestão hídrica.

A dimensão Transição Climática resulta do compromisso e contributo de Portugal para as metas climáticas que permitirão o alcance da neutralidade carbónica até 2050, sendo que a descarbonização da economia e da sociedade oferece oportunidades importantes e prepara o país para realidades que configurarão fatores de competitividade num futuro próximo. Esta dimensão inclui intervenções em áreas estratégicas, como sejam o mar, a descarbonização da indústria, a bioeconomia sustentável, a eficiência energética em edifícios, o hidrogénio e energias renováveis e a mobilidade sustentável.

Na dimensão da Transição Digital estão previstas reformas e investimentos significativos nas áreas da digitalização de empresas, do Estado e no fornecimento de competências digitais na educação, saúde, cultura e gestão florestal. Assim, para assegurar a transição para uma sociedade mais digitalizada, as opções no PRR assentam nas seguintes áreas: transformação digital do setor empresarial (empresas 4.0), qualidade e sustentabilidade das finanças públicas, justiça económica e ambiente empresarial, administração pública mais eficiente e escola digital.

PRR NA REGIÃO CENTRO

3,7
mil milhões de euros
aprovados para a
Região Centro até
30 de julho de 2025

39,1%
é a taxa de pagamento
na Região Centro até
30 de julho de 2025

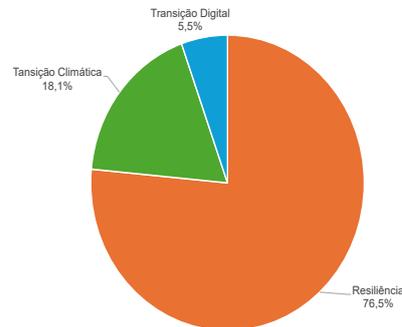
²⁵ O Plano de Recuperação e Resiliência tem um conjunto de projetos de implementação nacional, que implicam um conjunto de fundos aplicados em investimentos transversais ao país. Esses fundos não se encontram regionalizados, pelo que não são considerados nesta análise. Deste modo, apenas estão a ser considerados e monitorizados os projetos com investimentos aplicados diretamente na Região Centro.

No PRR, a 30 de julho de 2025, estavam aprovados 3.653,4 milhões de euros para aplicação na Região Centro, dos quais 3.514,5 milhões de euros estavam já contratados. Os projetos contratados totalizavam 69.319 e os pagamentos aos beneficiários ascendiam a 1.427 milhões de euros, o que corresponde a 39,1% do valor contratado.

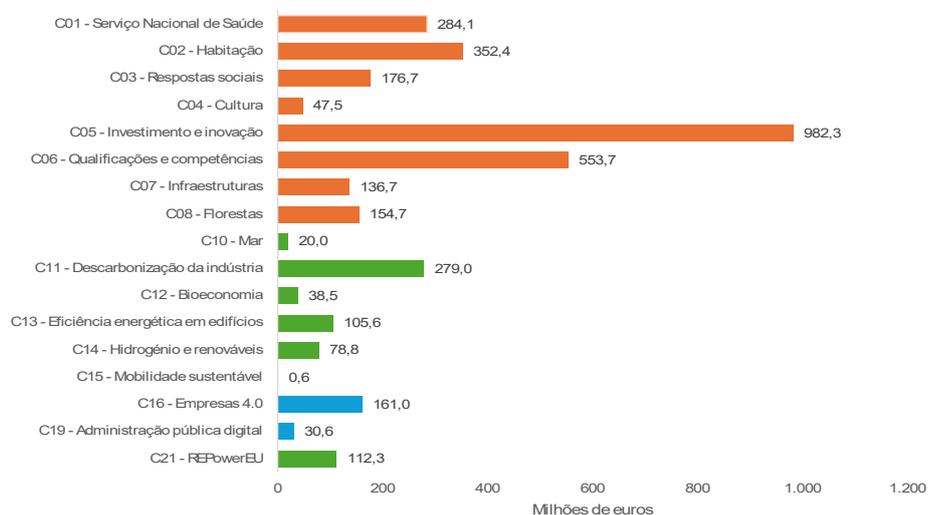
A 30 de julho de 2025, na Região Centro, encontravam-se aprovados 3.653,4 milhões de euros de financiamento no âmbito do PRR²⁵, correspondendo a 16% do valor nacional e a uma média de 1.640 euros por habitante. O montante contratado na região ascendia a 3.514,5 milhões de euros (19% do total nacional e 96,2% do total aprovado na região), correspondendo a 69.319 projetos e a uma média de 1.578 euros por habitante. Os pagamentos aos beneficiários perfaziam 1.427 milhões de euros (17% do total nacional), o que corresponde a 39,1% do montante regional contratado (taxa de pagamento) e a 40,6% das aprovações para a região.

Na Região Centro, a dimensão **Resiliência** destacava-se de uma forma muito significativa, uma vez que totalizava, até 30 de julho de 2025, um montante contratado de 2.688,1 milhões de euros, correspondendo a 76,5% do total do PRR contratado na região. A dimensão **Transição Climática** concentrava 634,8 milhões de euros (18,1% do PRR na região) e a dimensão **Transição Digital** totalizava 191,7 milhões de euros (5,5% do PRR na região).

Montantes contratados no PRR, na Região Centro, por dimensão
(30 de julho de 2025)



Montantes contratados no PRR, na Região Centro, por componentes
(30 de julho de 2025)



Inserida na dimensão Resiliência, a componente **Investimento e inovação** (C05) reunia o maior montante contratado (982,3 milhões de euros). Só esta componente representava 28,0% do total contratado na região, sendo que, em média, cada projeto financiado apresentava um investimento de 5,4 milhões de euros. Esta componente destina-se a aumentar a competitividade e a resiliência da economia portuguesa com base em I&D, inovação, diversificação e especialização da estrutura produtiva (incentivando o investimento produtivo em áreas estratégicas de interesse nacional e europeu). Nesta componente destacavam-se três agendas que, em conjunto, concentravam 84,1% do total do investimento. As agendas mobilizadoras para a inovação empresarial totalizavam 409,6 milhões de euros (41,7% do total desta componente) e têm por objetivo mobilizar e reforçar as capacidades científicas e tecnológicas da região e, através do financiamento de pactos de inovação que promovem a cooperação e conduzem ao desenvolvimento de projetos inovadores e de projetos mobilizadores destinados a I&D e respetiva transformação em novos bens e serviços através de investimento público e privado. As agendas verdes para a inovação empresarial representavam 389,8 milhões de euros (39,7% do total da componente) e têm por objetivo aplicar os mesmos instrumentos utilizados na agenda anterior, embora especializados num conjunto limitado de agendas verdes através de consórcios entre empresas e instituições académicas, científicas e/ou tecnológicas para apoiar a inovação. Por fim, a agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria, com 27,2 milhões de euros (2,8% do total da componente), tem como objetivo impulsionar a investigação e a inovação com vista a uma agricultura sustentável. Destaque ainda, nesta componente, para a capitalização de empresas e resiliência financeira através do Banco Português de Fomento, com 107,3 milhões de euros contratados.

Outra componente em destaque na dimensão Resiliência, é a **Qualificação e competências** (C06), que apresentava o segundo valor contratado mais elevado no Centro: 553,7 milhões de euros (15,8% do total regional). Estes investimentos visam aumentar a capacidade de resposta do sistema educativo e formativo, para combater as desigualdades sociais e de género e aumentar a resiliência do emprego. Nesta componente, os investimentos mais significativos correspondem a escolas novas ou renovadas, com 240,7 milhões de euros já contratados até 30 de julho de 2025 (43,5% do total desta componente). Destacavam-se, com os valores contratados mais significativos, os projetos “Melhoramento do Parque Escolar - Construção da Escola EB 2.3/S Pedro Ferreiro”, no município de Ferreira do Zêzere (13,0 milhões de euros); a “Requalificação e Modernização da Escola Secundária Lima-de-Faria”, no município de Cantanhede (11,4 milhões de euros) ou, ainda, a “Requalificação da Escola Secundária Doutor João Carlos Celestino Gomes”, no município de Ílhavo (9,3 milhões de euros). Nesta componente, o investimento contratado para a instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados era também significativo (95,7 milhões de euros, 17,3% do total da componente).

Ainda na dimensão Resiliência, a componente **Habitação** (C02) assumia também um valor contratado muito significativo: 352,4 milhões de euros (10,0% do total regional) afetos a 481 projetos, com o objetivo relançar e reorientar a política de habitação e dar resposta às carências estruturais do parque habitacional. Nesta componente, destacam-se os investimentos no âmbito do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que representavam 173,0 milhões de euros (49,1% do total da componente), destinados à aquisição de terrenos para construção de fogos, à construção de novos edifícios ou à reabilitação de habitações existentes, bem como à aquisição de novos edifícios ou ao arrendamento de edifícios para subarrendar. Ainda nesta componente salienta-se também o apoio ao alojamento estudantil a custos acessíveis, que representava um valor contratado de 119,0 milhões de euros (33,8% do total da componente), destinado à construção, adaptação e recuperação de residências estudantis. Neste investimento destacam-se alguns projetos pelo significativo valor contratado, como o “Espaço U” do Politécnico de Coimbra, para a construção de um novo edifício com 400 novas camas, destinadas a alojamento estudantil a preços acessíveis (13,1 milhões de euros contratados), bem como o projeto “Craсто”, no município de Aveiro, para construção de um novo edifício com 320 novas camas, para alojamento estudantil (12,0 milhões de euros).

A componente **Serviço Nacional de Saúde** (C01), também da dimensão Resiliência, evidenciava-se, na Região Centro, como uma prioridade, com um investimento contratado de 284,1 milhões de euros (8,1% do total regional) e 295 projetos. Nesta componente, o

maior montante financeiro contratado estava afeto a cuidados de saúde primários com mais respostas, que representavam 168,0 milhões de euros (59,1% do total da componente) e incluem projetos como a “Remodelação do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital” (4,8 milhões de euros); do “Centro de Saúde da Batalha” (4,5 milhões de euros); da “Construção do Centro de Saúde de Arganil (4,0 milhões de euros) e da ampliação e requalificação do Centro de Saúde Norton de Matos”, no município de Coimbra (3,9 milhões de euros). Também nesta componente, os investimentos associados à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos têm um montante significativo já contratado: 74,5 milhões de euros (26,2% do total da componente).

No total, estas quatro componentes da dimensão Resiliência concentravam 2.172,5 milhões de euros, correspondendo a 61,8% do investimento contratado na Região Centro, ficando saliente a sua importância no território regional.

Como já referido, a dimensão Transição Climática concentrava 634,8 milhões de euros (18,1% do PRR na região). Nesta dimensão, destacava-se a componente da **Descarbonização da indústria** (C11), com 279,0 milhões de euros contratados (7,9% do total regional), com o objetivo de apoiar projetos de descarbonização do setor industrial e empresarial e de promoção da mudança de paradigma na utilização dos recursos, concretizando medidas do Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC). Nesta componente destacam-se, pelos valores que envolvem, o projeto “RePower Chemicals”, no município de Estarreja, com 30,8 milhões de euros contratados; o projeto “Descarbonização da fábrica de pasta da Figueira da Foz”, no município da Figueira da Foz, com 15 milhões de euros contratados ou, ainda, o projeto de “Implementação de uma central de cogeração a biomassa florestal”, no município de Oleiros, com 12,3 milhões de euros contratados.

Também na dimensão da Transição Climática salienta-se a componente **REPowerEu** (C21) com 112,3 milhões de euros que, no contexto da atual situação geopolítica e do mercado da energia, procura apoiar projetos que contribuam para independência energética e transição ecológica em Portugal, designadamente medidas para acelerar a implantação das energias renováveis, simplificar o licenciamento, descarbonizar o setor dos transportes, melhorar a eficiência energética dos edifícios, modernizar as redes de transporte e distribuição de eletricidade, aumentar o armazenamento de eletricidade e reforçar a aquisição das competências verdes necessárias para a transição ecológica. Na Região Centro, destacavam-se, nesta componente, medidas de reforço da descarbonização dos transportes públicos (54,6 milhões de euros) e medidas de flexibilidade da rede e armazenamento (23,8 milhões de euros).

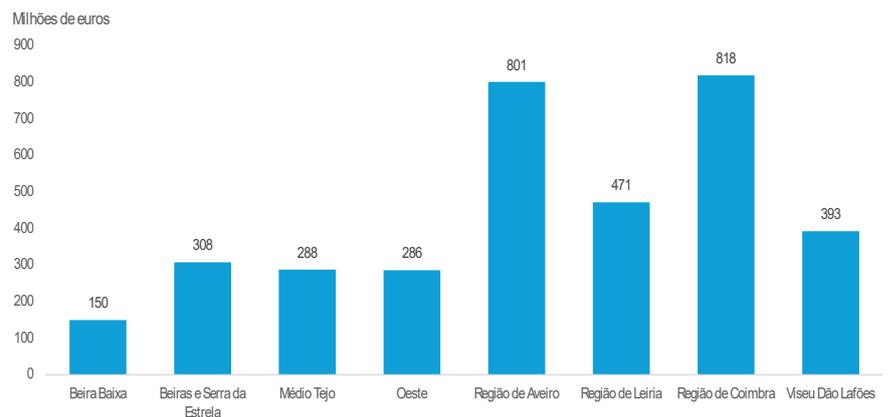
Nesta dimensão destacava-se ainda a componente **Eficiência energética em edifícios** (C13) com 105,6 milhões de euros repartidos pelos edifícios da administração pública central (52,9 milhões de euros); edifícios residenciais (44,9 milhões de euros) e edifícios de serviços (7,7 milhões de euros). Com menor dimensão financeira, apresentava-se a componente da **Mobilidade Sustentável** (C15), com a aprovação de apenas um projeto de descarbonização de transportes públicos, com um investimento inferior a um milhão de euros.

Por fim, a dimensão da **Transição Digital**, com 191,7 milhões de euros contratados, representava 5,5% dos investimentos PRR na região. A componente **Empresas 4.0** (C16), era a mais significativa nesta dimensão (161,0 milhões de euros, correspondendo a 4,6% do total regional) e tem como objetivo recuperar o atraso relativamente ao processo de transição digital dos territórios, permitindo o acesso ao conhecimento e aos meios tecnológicos digitais que promovem: a modernização do trabalho e dos processos de produção; a desmaterialização dos fluxos de trabalho; a mitigação dos défices de competências na utilização das tecnologias digitais; abranger de forma equilibrada mulheres e homens; a incorporação de ferramentas e metodologias de teletrabalho; a criação de novos canais digitais de comercialização de produtos e serviços, a adoção de uma cultura de experimentação e inovação, o reforço do ecossistema de empreendedorismo nacional e a incorporação de tecnologias disruptivas nas suas propostas de valor das empresas. Nesta componente destacavam-se ainda os investimentos para apoiar a transição digital das empresas, que totalizavam 102,4 milhões de euros (63,6% do total da componente). Outros investimentos como a capacitação digital das empresas (30,4 milhões de euros); da indústria 4.0 (15,6 milhões de euros) e da catalisação da transição digital das empresas (12,6 milhões de euros) assumiam menor expressão financeira.

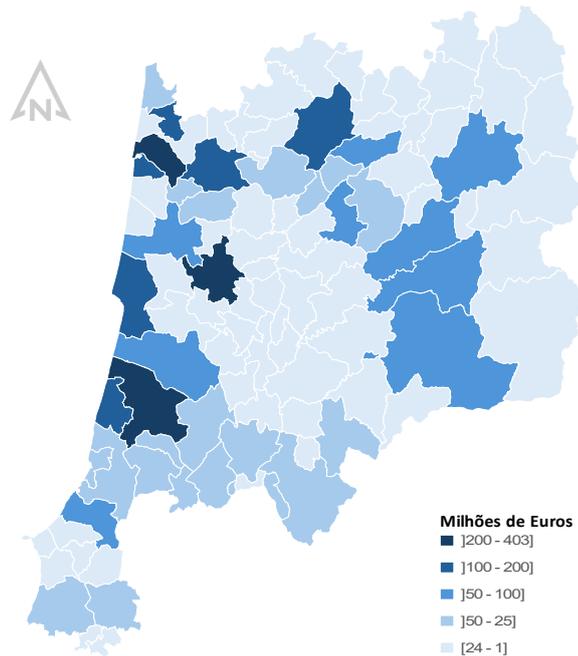
De referir também, nesta dimensão, a componente da **Administração Pública digital** (C19) com 30,6 milhões de euros, destinada a melhorar a relação dos serviços públicos com os cidadãos e as empresas, no sentido de melhorar o serviço público, utilizando a tecnologia e reforçando a proximidade para um acesso mais simples, seguro, efetivo e eficiente de cidadãos e empresas, reduzindo custos de contexto, bem como promover a eficiência, a modernização, a inovação e a capacitação da Administração Pública. Neste âmbito, são exemplo de projetos contratados na Região Centro os “Centros Qualifica”, que permitem o acesso a percursos de qualificação a trabalhadores com baixos níveis de qualificação, nomeadamente inferiores ao nível secundário, em exercício de funções em organismos da Administração Local; bem como, os projetos associados às competências de cibersegurança das entidades regionais, com o objetivo de fomentar a colaboração e cooperação entre as várias entidades e promover o empreendedorismo e a criação de ecossistemas regionais de cibersegurança.

Numa análise sub-regional, a Região de Coimbra era a Comunidade Intermunicipal/sub-região que totalizava o maior número de projetos (14.389) e o maior montante contratados, correspondendo a 818,5 milhões de euros (23,3% do total regional) e a 315,8 milhões de euros já pagos (22,1% do total regional). Nesta sub-região, destacava-se o município de Coimbra, com 403,3 milhões de euros atribuídos a 4.555 projetos contratados, sendo o município da região Centro que beneficiava de mais verbas do PRR. Com valores muito próximos, encontrava-se a Região de Aveiro, com 800,8 milhões de euros contratados (22,8% do total do Centro) relativos a 10.810 projetos. Neste território, destacava-se não só o município de Aveiro, cujos projetos contratados totalizavam 269,1 milhões de euros (ocupando o segundo lugar municipal), mas também os municípios de Águeda, Ílhavo e Estarreja, por apresentarem valores contratados superiores a 100 milhões de euros. Aliás, Águeda era o quarto município da região Centro com mais financiamento contratado (131,7 milhões).

Montantes contratados no PRR, na Região Centro, por sub-região
(30 de julho de 2025)



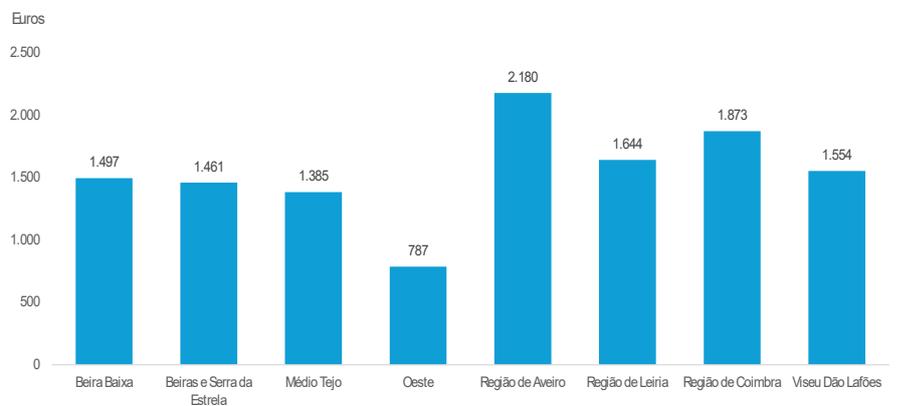
Montantes contratados no PRR, na Região Centro, por município
(30 de julho de 2025)



Também a Região de Leiria apresentava um valor significativo de projetos (9.015), a que corresponde um investimento contratado de 471,3 milhões de euros (13,4% do total do Centro). O município de Leiria era o segundo da região com maior número de projetos aprovados (4.098) e o terceiro em investimento contratado (204,6 milhões de euros). Segue-se Viseu Dão Lafões com 392,8 milhões de euros (11,2% do total do Centro) e 9.477 projetos contratados. Neste território, destacava-se o município de Viseu com 3.985 projetos e 131,7 milhões de euros contratados.

Com montantes contratados semelhantes, encontravam-se as sub-regiões das Beiras e Serra da Estrela, do Médio Tejo e do Oeste. Nestes territórios salientam-se também alguns municípios com significativa execução no PRR, como a Guarda (88,4 milhões de euros contratados), a Covilhã (72,3 milhões de euros contratados) e o Fundão (66,3 milhões de euros contratados). Por fim, a Beira Baixa apresentava-se com os valores mais baixos de projetos contratados (3.460 projetos) e de investimento contratado (149,7 milhões de euros).

Montantes contratados no PRR por Habitante, na Região Centro, por sub-região
(30 de julho de 2025)



Considerando os montantes contratados por habitante, verificava-se que a Região de Aveiro surge claramente destacada, com 2.180 euros por habitante, seguindo-se a Região de Coimbra (1.873 euros por habitante) e a Região de Leiria (1.644 euros por habitante). Viseu Dão Lafões, Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela apresentavam valores de cerca de 1.500 euros por habitante. O Oeste era a sub-região com o montante *per capita* mais baixo.

O PORTUGAL 2030 concretiza o Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia, que fixa os grandes objetivos estratégicos para aplicação, entre 2021 e 2027, do montante global de 23 mil milhões de euros. A sua programação é feita em torno de cinco objetivos estratégicos - um Portugal mais inteligente, mais verde, mais conectado, mais social e mais próximo dos cidadãos - e um objetivo específico da União Europeia: Portugal + Transição justa. O PORTUGAL 2030 é implementado através de 12 programas: quatro de âmbito temático – Pessoas 2030, dedicado à Demografia, qualificações e inclusão; COMPETE 2030, dedicado à Inovação e transição digital; Sustentável 2030, dedicado à Ação climática e sustentabilidade e MAR 2030; cinco Regionais, correspondentes às NUTS II do Continente – Norte 2030, Centro 2030, Lisboa 2030, Alentejo 2030 e Algarve 2030; dois das Regiões Autónomas – Açores 2030 e Madeira 2030; e o PAT 2030 – Programa de Assistência Técnica. A estes acrescem os Programas de Cooperação Territorial Europeia em que Portugal participa. Os fundos europeus que são mobilizados para o financiamento de projetos através destes programas são: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) – 11,5 mil milhões de euros, acrescidos de 139 milhões de euros relativos à Cooperação Territorial Europeia (CTE); Fundo Social Europeu Mais (FSE+) – 7,8 mil milhões de euros; Fundo de Coesão – 3,1 mil milhões de euros; Fundo para uma Transição Justa (FTJ) – 224 milhões de euros; e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) – 393 milhões de euros.

A dotação do PORTUGAL 2030 é de 23 mil milhões de euros, correspondendo ao conjunto dos fundos que são mobilizados no âmbito dos 12 Programas (de âmbito temático e regional). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Regional CENTRO 2030 (2,2 mil milhões de euros), que se destina exclusivamente a apoio a investimentos na região, e ainda de concursos abertos nos quatro programas temáticos: PESSOAS 2030, COMPETE 2030, SUSTENTÁVEL 2030 e MAR 2030 (programas com incidência em várias regiões, incluindo o Centro).

PORTUGAL 2030 NA REGIÃO CENTRO

1,7
mil milhões de euros

de fundos europeus aprovados para a Região Centro até 30 de junho 2025

42,0%

dos fundos aprovados provenientes do programa temático PESSOAS 2030

No PORTUGAL 2030, a 30 de junho de 2025, estavam aprovados 1,7 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 2,6 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro. Estes apoios continuaram a destinar-se, sobretudo, à competitividade empresarial, cursos profissionais e mobilidade urbana sustentável. O programa temático PESSOAS 2030 era responsável por 42,0% dos apoios aprovados. O FSE+ era o fundo financiador de cerca de metade dos montantes aprovados.

A 30 de junho de 2025 encontravam-se aprovados 1,7 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos de vários Programas do PORTUGAL 2030, correspondendo a um investimento elegível de 2,6 mil milhões de euros²⁶. Na região, estes apoios relacionavam-se, sobretudo, com o crescimento e competitividade das pequenas e médias empresas (317,5 milhões de euros de FEDER aprovado), cursos profissionais (291,4 milhões de euros de FSE+ aprovado) e mobilidade urbana sustentável (118,3 milhões de euros de Fundo de Coesão aprovado e 2,6 milhões de euros de FEDER aprovado). Face ao trimestre anterior, ocorreu um aumento de 201,3 milhões de euros nos fundos aprovados para a região, destacando-se a aprovação de mais 98,0 milhões de euros pelo CENTRO 2030 e de 63,9 milhões de euros pelo COMPETE 2030.

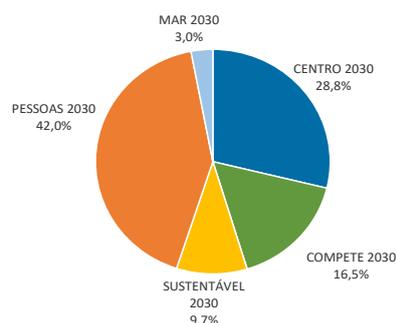
O programa temático PESSOAS 2030 era responsável por 42,0% dos fundos aprovados para a região, seguindo-se o Programa Regional CENTRO 2030 (28,8%), o COMPETE 2030 (16,5%), o SUSTENTÁVEL 2030 (9,7%) e o MAR 2030 (3,0%).

Deste modo, o FSE+ era o fundo financiador da grande maioria dos montantes aprovados (49,1%), cujo volume de apoio ascendia a 837,1 milhões de euros. Seguia-se o FEDER com 613,2 milhões de euros aprovados (36,0%) e o Fundo de Coesão com 165,7 milhões de euros (9,7%). Já o FEAMPA, que cofinancia unicamente projetos aprovados no programa MAR 2030 (3,0%), e o Fundo para uma Transição Justa com 36,9 milhões de euros (2,2%) tinham pouca expressão na região.

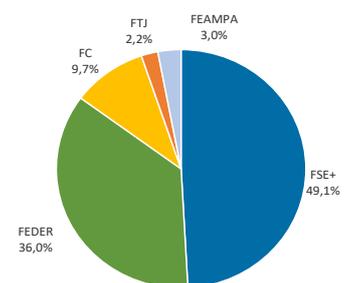
²⁶ Tratam-se apenas de operações com investimento integral na Região Centro, ou seja, não estão a ser consideradas as operações com investimento multi-regiões (no Centro e noutras regiões NUTS II). A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2030, na Região Centro
(30 de junho de 2025)

Por Programa



Por Fundo Financiador



Quadro 13 - Aprovações nos Programas do PORTUGAL 2030 na Região Centro (valores acumulados)	30 de junho 2025		31 de março 2025		31 de dezembro de 2024	
	Despesa elegível aprovada	Fundo europeu aprovado	Despesa elegível aprovada	Fundo europeu aprovado	Despesa elegível aprovada	Fundo europeu aprovado
	Euros		Euros		Euros	
TOTAL no Centro*	2.602.975.884	1.703.920.070	2.246.379.228	1.502.667.784	1.631.620.035	1.089.442.275
PROGRAMAS TEMÁTICOS						
COMPETE 2030	597.975.752	280.835.213	484.823.277	216.929.757	369.697.670	156.042.493
PESSOAS 2030	841.853.690	715.575.637	806.678.744	685.676.933	564.215.210	479.582.929
SUSTENTÁVEL 2030	205.175.564	165.735.977	186.662.030	157.214.574	186.662.030	158.662.726
MAR 2030	113.727.192	50.996.553	112.112.271	50.060.439	x	x
PROGRAMA REGIONAL						
CENTRO 2030	844.243.687	490.776.691	656.102.905	392.786.080	511.045.124	295.154.127

x: Não disponível

* Tratam-se apenas das operações com investimento integral na Região Centro, pelo que os apoios aplicados na região encontram-se subavaliados.

O Programa **COMPETE 2030**, programa temático Inovação e Transição Digital, intervindo sobretudo nas regiões menos desenvolvidas do Continente, assume a agenda temática de promoção da competitividade da economia nacional, quer através da aposta na I&I, quer através da promoção da sustentabilidade e da autonomia energética, constituindo a qualificação dos ativos empresariais um instrumento nesta estratégia. O COMPETE 2030 tem uma dotação programada de 3,9 mil milhões de euros de fundos europeus. Até 30 de junho de 2025, este programa concentrava 280,8 milhões de euros dos fundos europeus aprovados na Região Centro (16,5% dos fundos europeus aprovados na região), sendo a quase totalidade FEDER (97,5%). Neste trimestre, o fundo aprovado aumentou 63,9 milhões de euros, justificado sobretudo pelo acréscimo de 26,1 milhões de euros nas aprovações de projetos empresariais de inovação produtiva, bem como de 18,4 milhões de euros em projetos de investigação e desenvolvimento; de 18,3 milhões de euros em projetos de apoio à criação de conhecimento científico e tecnológico e, ainda, de 1,2 milhões de euros de projetos de ações coletivas de transferência do conhecimento científico e tecnológico.

Nos sistemas de incentivos é relevante distinguir entre Sistemas de Incentivos à Competitividade Empresarial (SICE) e Sistemas de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento (SII&D). Os SICE, dirigidos às empresas, têm por objetivo a capacitação empresarial através da melhoria da capacidade produtiva e também da aposta na qualificação, digitalização e internacionalização dos modelos de negócio, desagregando-se em duas tipologias de intervenção: inovação produtiva e qualificação e internacionalização das PMEs. Até 30 de junho de 2025, estavam aprovados 178,9 milhões de euros de fundo europeu nos SICE, dos quais 98,7% se dirigiam à inovação produtiva e os restantes 1,3% à internacionalização das PME. Face ao período anterior, ocorreu um aumento de 26,1 milhões de FEDER aprovado nos SICE, respeitante, na totalidade, a incentivos à inovação produtiva, uma vez que não houve alterações no valor das aprovações dos incentivos à internacionalização das PME (2,3 milhões de euros de FEDER). Já os SII&D visam promover o investimento em investigação e desenvolvimento (I&D), nas categorias de investigação industrial e/ou de desenvolvimento experimental, estimulando a sua valorização económica e a promoção de inovação em domínios prioritários de especialização inteligente, incluindo o reforço da articulação entre as empresas (em particular as PME) e as instituições científicas e tecnológicas. Este instrumento de financiamento apoia três tipologias de intervenção: Investigação e Desenvolvimento Empresarial (I&D Empresarial); Investigação, Desenvolvimento e Inovação Empresarial (I&D&I Empresarial) e Empreendedorismo Qualificado e associado ao Conhecimento. No segundo trimestre de 2025, encontravam-se aprovados 62,0 milhões de euros de FEDER, tendo ocorrido um aumento, face ao trimestre anterior, de 18,4 milhões de euros nas tipologias de I&D Empresarial e Investigação e Inovação.

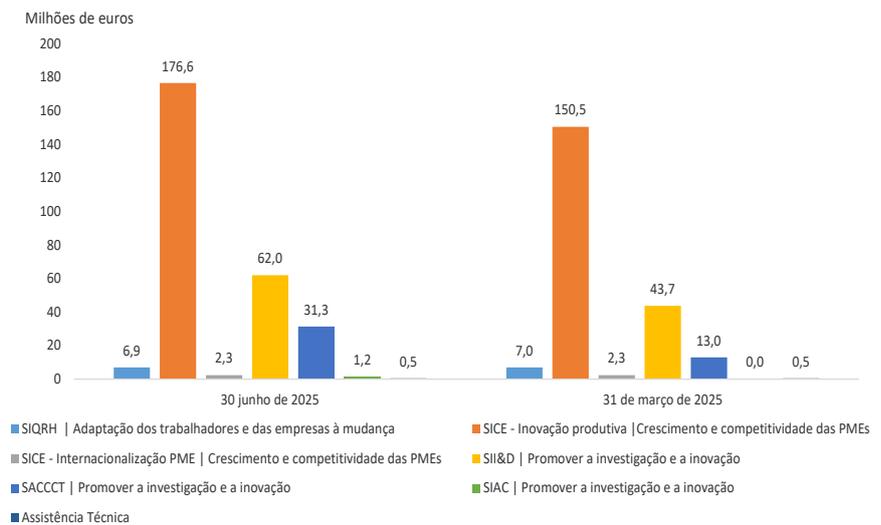
O Sistema de Apoio à Criação de Conhecimento Científico e Tecnológico (SACCCT) concentrava 31,3 milhões de euros de FEDER aprovado, tendo ocorrido um aumento de 18,3 milhões de euros face ao trimestre anterior. Tratam-se de apoios a projetos de Investigação

Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT), especificamente de Entidades não Empresariais do Sistema de Investigação e Inovação (ENESII). Os projetos apoiados têm de ser reconhecidos internacionalmente, centrados no desenvolvimento de atividades de investigação nos vários domínios científicos alinhados com as Estratégias de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3) e com o propósito de estimular uma economia de elevado valor acrescentado, bem como a excelência, a cooperação e a internacionalização, visando processos de inovação com finalidade de mercado e o aumento da criação de conhecimento para resposta a desafios empresariais e societais.

Ainda no âmbito da investigação e inovação, neste trimestre, pela primeira vez, surgiram aprovações no Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SAAC), designadamente ações coletivas para transferência do conhecimento científico e tecnológico, perfazendo 1,2 milhões de euros de FEDER aprovados. Tratam-se de apoios a projetos que visem contribuir para potenciar a valorização económica dos resultados de I&D produzidos pelo sistema de I&I (Investigação e Inovação), bem como reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial.

De destacar ainda, o Sistema de Incentivos à Qualificação de Recursos Humanos (SIQRH), mais concretamente, os apoios à adaptação dos trabalhadores e das empresas à mudança, que totalizavam 6,9 milhões de euros de FSE+ aprovado.

Fundo europeu aprovado no programa temático COMPETE 2030, na Região Centro, por objetivos específicos e tipologias (valores acumulados)



O Programa **PESSOAS 2030** é o programa temático dedicado à demografia, qualificações e inclusão, com uma dotação de cerca de 5,7 mil milhões, exclusivamente de FSE+, dirigindo-se maioritariamente às regiões menos desenvolvidas do Continente (já que algumas das suas medidas podem abranger as regiões de Lisboa e do Algarve, região mais desenvolvida e região em transição, respetivamente). A 30 de junho de 2025, neste programa temático encontravam-se aprovados na região 715,6 milhões de euros de FSE+ (42,0% do total de fundos europeus aprovados na região), referente a 841,9 milhões de euros de investimento elegível. Relativamente ao trimestre anterior, registou-se um acréscimo de 29,9 milhões de euros de FSE+ aprovado neste Programa, dos quais 12,7 milhões de euros ocorreram nos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) e 14,1 milhões de euros destinavam-se a apoiar projetos de diferentes tipologias, desde cursos de especialização tecnológica (5,4 milhões de euros); projetos de formação contínua de docentes, formadores e outros agentes de educação e profissionais do sistema de educação e formação (4,9 milhões de euros), cursos de educação e formação de adultos (3,6 milhões de euros) e, ainda, projetos de aprendizagem de língua portuguesa por cidadãos estrangeiros (2,4 milhões de euros).

Os cursos profissionais mantêm-se desde o início deste período de programação como a tipologia de operação com maior volume de aprovações deste programa na região, representando 40,7% do total aprovado, tendo por objetivo a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição

da educação para o trabalho. Neste trimestre, o montante aprovado de FSE+ para estes cursos, na região, não registou uma alteração significativa, sendo, em 30 de junho de 2025, de 291,4 milhões de euros.

Os estágios profissionais concentravam 10,0% do fundo europeu aprovado neste programa na região (71,4 milhões de euros), respeitando à medida estágios ATIVAR.PT, que visam complementar e desenvolver as competências dos jovens que procuram um primeiro ou um novo emprego, de forma a melhorar o seu perfil de empregabilidade, através da aquisição de novas formações e competências junto das empresas. As bolsas de ensino superior para alunos carenciados absorviam 8,3% do FSE+ aprovado (59,0 milhões de euros). As aprovações nestas duas tipologias permaneceram inalteradas face aos três trimestres anteriores.

As medidas de apoio à qualificação de pessoas com deficiência e/ou incapacidade, que surgiram, pela primeira vez, no trimestre anterior e, neste segundo trimestre de 2025, reforçam a sua dotação financeira em 1,1 milhões de euros, totalizam 51,2 milhões de euros de FSE+ aprovado (7,2% do total aprovado). Esta tipologia destina-se a apoiar ações de formação que permitam a aquisição e o desenvolvimento de competências escolares e/ou profissionais, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho, potenciando a sua inclusão social.

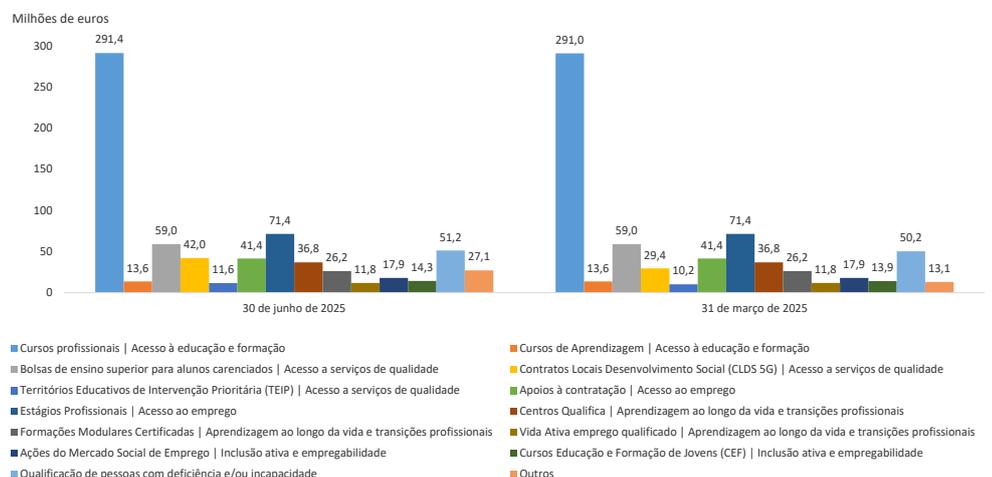
A nova geração dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS 5G), com um acréscimo de 12,7 milhões de euros neste segundo trimestre, totalizava 42,0 milhões de euros de FSE+ aprovados, repartidos por 91 projetos. Estes contratos têm por finalidade reforçar as políticas já anteriormente desenvolvidas para promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de ações em parceria, para combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos.

Seguem-se os apoios à contratação que representavam 5,8% do FSE+ aprovado (41,4 milhões de euros, que mantém o volume de aprovações face ao trimestre anterior). Tratam-se de medidas de acesso ao emprego que visam apoiar a criação de oportunidades de emprego para os públicos com maiores dificuldades de acesso, tal como, os jovens, em particular os jovens NEET (jovens que não trabalham, nem estão em educação ou formação).

De referir também os Centros Qualifica que concentravam 5,1% do FSE+ aprovado neste programa (36,8 milhões de euros), tendo por objetivo melhorar os níveis de qualificação dos adultos, contribuindo para a progressão da qualificação da população e para a melhoria da empregabilidade dos indivíduos.

Já as formações modulares certificadas mantêm a mesmo número de candidaturas e o mesmo montante de FSE+ aprovado que no trimestre anterior (26,2 milhões de euros) (3,7% do total aprovado) e visavam essencialmente aprofundar as competências dos adultos, tendo em vista o exercício de uma ou mais atividades profissionais, uma melhor adaptação às mudanças tecnológicas e organizacionais e o reforço da empregabilidade.

Fundo social europeu aprovado no programa temático PESSOAS 2030, na Região Centro, por objetivos específicos e tipologias (valores acumulados)



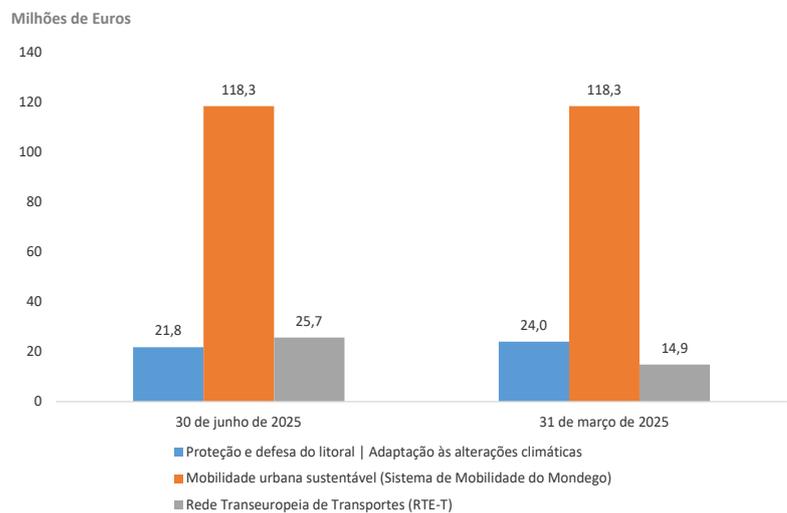
O Programa **SUSTENTÁVEL 2030** é o programa temático dedicado aos desafios da transição energética e climática e da neutralidade carbónica, abrangendo desafios como a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e resiliência a catástrofes, a transição para uma economia circular e a mobilidade urbana sustentável e tem uma dotação de 3,1 mil milhões de euros de Fundo Coesão (fundo apenas mobilizado por este Programa). Até 30 de junho de 2025, na Região Centro, estavam aprovados 205,2 milhões de euros de investimento elegível e 165,7 milhões de euros de Fundo de Coesão, correspondendo a 9,7% dos fundos europeus aprovados na região. Neste trimestre, registou-se um acréscimo líquido de 8,5 milhões de euros de fundo aprovado neste Programa.

Deste volume de aprovações, 118,3 milhões de euros (ou seja, 71,4% do fundo aprovado neste programa na região) respeitavam à mobilidade urbana sustentável, mais concretamente ao Sistema de Mobilidade do Mondego (Metrobus). Este é um sistema que utiliza autocarros elétricos a baterias, ligando os municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

As medidas de adaptação às alterações climáticas, designadamente de proteção e defesa do litoral, totalizavam 21,8 milhões de euros de Fundo de Coesão (13,1%), correspondendo a quatro projetos aprovados: um na Região de Coimbra (18,2 milhões de euros), de empreitada de alimentação artificial do troço costeiro a sul da Figueira da Foz (Cova Gala - Costa de Lavos), dois na Região de Aveiro (Ovar), de reabilitação e reforço da estrutura longitudinal aderente e dos esporões na Praia do Furadouro (2,6 milhões de euros) e de estudo do impacte ambiental da alimentação artificial de areias no troço costeiro entre Esmoriz e Furadouro (878,2 mil euros) e o último no Oeste (67,9 mil euros), de estabilização dos taludes das praias da Légua e Pedra do Ouro (Alcobaça).

Por fim, a Rede Transeuropeia de Transportes registou um aumento de fundo europeu aprovado de 10,8 milhões de euros, neste segundo trimestre de 2025, totalizando 25,7 milhões de euros de Fundo de Coesão (15,5%). Este aumento deve-se à aprovação de um novo projeto de duplicação, modernização e eletrificação da via existente do Ramal de Alfarelos, no troço Verride/Marujal, no município de Montemor-o-Velho.

Fundo de coesão aprovado no programa temático SUSTENTÁVEL 2030, na Região Centro, por objetivos específicos e tipologias (valores acumulados)



O Programa **MAR 2030** é um programa temático que abrange todo o território nacional e tem por objetivo implementar as medidas de apoio financiadas pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA). Este programa visa apoiar investimentos de sustentabilidade das pescas, eficiência energética e descarbonização, biodiversidade, valorização dos produtos da pesca e desenvolvimento local, com uma dotação financeira de 392,6 milhões de FEAMPA. Neste primeiro trimestre de 2025, o MAR 2030 apresentou um investimento elegível aprovado de 113,7 mil milhões de euros, traduzindo-se em 50,9 milhões de euros de FEAMPA, que representam 3,0% da totalidade dos fundos afetos à Região Centro. Neste trimestre, o fundo aprovado aumentou 936,1 mil euros.

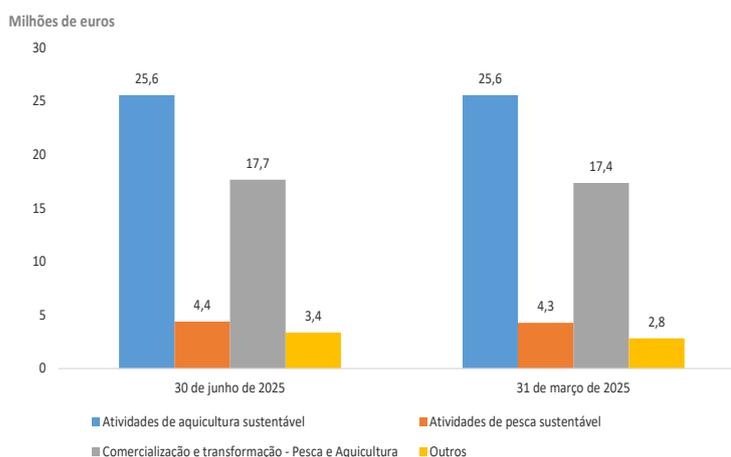
Nas atividades de aquicultura sustentável não ocorreram aprovações durante o segundo trimestre de 2025, pelo que continuam a representar 50,1% da totalidade do FEAMPA aprovado na região (25,6 milhões de euros). Esta tipologia procura apoiar investimentos para melhorar o desempenho económico e ambiental das empresas aquícolas, garantindo a sustentabilidade e a segurança alimentares.

A tipologia “comercialização e transformação - pesca e aquicultura”, que visa promover a comercialização, a qualidade, o valor acrescentado dos produtos da pesca e da aquicultura, assim como a transformação destes produtos, representa 34,7% das aprovações do MAR 2030 na região, o que se traduz em 17,6 milhões de euros de FEAMPA aprovado. Este valor traduz um ligeiro aumento no fundo aprovado neste trimestre (307 mil euros).

As atividades de pesca sustentável agregam, neste trimestre, 4,4 milhões de euros de FEAMPA aprovado na região, representando 8,6% do total aprovado neste programa temático para o Centro. Com um aumento de 101 mil euros, tratam-se, sobretudo de apoios a investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos. Nesta tipologia, sobretudo com projetos de pequena dimensão, destaca-se a construção de um pavilhão industrial, no município da Figueira da Foz, com um fundo alocado de 1,1 milhões de euros de FEAMPA, destinado a preparação e congelação de produtos de pesca e da aquicultura.

O desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias (no gráfico, incluído na categoria “outros”) concentra 1,6 milhões de euros de FEAMPA aprovado na região, representando 3,1% do total neste programa. No segundo trimestre ocorreram aprovações no valor de 532 mil euros, destacando-se alguns projetos como o do município de Torres Vedras para desenvolver um programa educativo de surf e conhecimento do mar, o do município das Caldas da Rainha relativo a um programa de exploração e de conservação de recursos “Caminhos para a Sustentabilidade na Lagoa de Óbidos”, ou ainda um projeto desenvolvido pelo Clube Naval de Peniche para receber mais e maiores barcos no Porto de Peniche, com foco no turismo náutico e em atividades desportivas de relevo.

Fundo FEAMPA aprovado no programa temático MAR 2030, na Região Centro, por objetivos específicos e tipologias (valores acumulados)



Finalmente, o Programa Regional **CENTRO 2030** é o principal programa da Política de Coesão para a Região Centro, com uma dotação de 2,2 mil milhões de euros de FEDER, FSE+ e FTJ, destinada a promover a competitividade da economia, a sustentabilidade ambiental e a valorização do território e das pessoas na região. O CENTRO 2030 era, até 30 de junho de 2025, responsável por 28,8% dos fundos europeus aprovados na região, correspondendo a 490,8 milhões de euros de fundos e a 844,2 milhões de euros de investimento elegível. Neste segundo trimestre de 2025, ocorreu um acréscimo de 98,0 milhões de euros nos fundos aprovados (FEDER e FSE+) justificado, sobretudo, pelo aumento dos apoios ao crescimento e competitividade das PME's (acrécimo de 25,1 milhões de euros); à promoção da investigação e inovação (acrécimo de 16,0 milhões de euros); à assistência técnica (acrécimo de 14,8 milhões de euros) e ao desenvolvimento integrado nas zonas urbanas (acrécimo de 13,7 milhões de euros).

No Centro 2030, o crescimento e competitividade das PME's é o objetivo específico com mais investimento elegível (351,2 milhões de euros) e FEDER (138,6 milhões de euros) aprovados. Uma significativa parte destas aprovações (90,4%) destinavam-se a projetos de inovação produtiva, enquadrados no Sistema de Incentivos à Competitividade Empresarial (SICE), com 125,3 milhões de euros de FEDER atribuído, dos quais 20,6% para territórios de baixa densidade. A inovação produtiva foi a tipologia com maior crescimento de aprovações, face ao trimestre anterior, com um aumento de 19,6 milhões de euros de FEDER aprovado. As restantes aprovações, neste objetivo específico, totalizam 13,3 milhões de euros, correspondendo a ações coletivas de internacionalização (que concentram 3,6 milhões de euros de FEDER aprovado), ao apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial de base não tecnológica (6,0 milhões de euros de FEDER aprovado) e a operações aprovadas no âmbito de dois dos Instrumentos Territoriais Integrados (ITI): ITI da CIM Médio Tejo e ITI Pinhal Interior (3,7 milhões de euros de FEDER). No caso destes dois ITI, este valor respeita a aprovações em duas novas tipologias, neste trimestre: Sistema de Incentivos de Base Territorial da ITI CIM Médio Tejo (2,1 milhões de euros) e infraestruturas de apoio à competitividade de base não tecnológica do Pinhal Interior (áreas de acolhimento empresarial e incubadoras/espacos de cowork) da ITI Pinhal Interior (1,6 milhões de euros), que se destinam a investimentos nos territórios de intervenção das respetivas ITI.

Com uma evolução significativa nos montantes aprovados, destaca-se a tipologia da promoção da investigação e da inovação, com a aprovação de projetos de investigação e desenvolvimento (I&D), enquadrados no Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento (SIID), destinados a apoiar a I&D empresarial e a internacionalização de I&D (53,5 milhões de euros e 2,0 milhões euros de FEDER aprovados, respetivamente), correspondendo a 11,3% dos fundos aprovados no programa regional. De referir, no caso particular deste Sistema de Incentivos (SIID), o acréscimo de 15,7 milhões de euros em relação ao trimestre anterior, corresponde à aprovação de novos projetos de I&D empresarial e de proteção da propriedade intelectual e indústria (que visam o registo de direitos de propriedade industrial sob a forma de registo de patentes, modelos de utilidade, desenhos ou modelos pelas vias nacional, europeia e internacional).

Ainda no contexto da promoção da investigação e inovação, é de destacar o Sistema de Apoio à Criação de Conhecimento Científico e Tecnológico (SACCCT), destinado a apoiar projetos de investigação científica e tecnológica de entidades não empresariais do sistema de I&I, com o objetivo de reforçar as capacidades regionais de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, apoiando a acumulação de competências científicas relevantes em áreas fundamentais para a concretização da estratégia regional de especialização inteligente, que totaliza 13,2 milhões de euros FEDER. Neste âmbito, destaca-se o apoio a projetos de investigação e de inovação em centros de investigação públicos, estabelecimentos de ensino superior e outros centros de competências e, ainda, o apoio a investimentos em ativos fixos, mais concretamente o apoio à infraestrutura científica "MIA Portugal - Centro de Excelência em Investigação do Envelhecimento". Trata-se de um projeto que totaliza 12,4 milhões de euros de FEDER, destinados a concluir a construção do edifício de acolhimento da infraestrutura (sito no Pólo III da Universidade de Coimbra) e a dotá-lo de equipamentos laboratoriais tecnologicamente avançados.

De referir, ainda neste contexto da investigação e inovação, as Ações Coletivas de Transferência do Conhecimento Científico e Tecnológico com 3,5 milhões de euros de FEDER aprovados. Este montante destina-se ao financiamento do projeto INOVCT+, entendido como um ecossistema de inovação para transferência de conhecimento e tecnologia na

economia regional, que procura estimular a transformação de resultados de I&DT em novos ou melhorados produtos, serviços ou processos produtivos e organizacionais, incluindo ações de espectro diverso devidamente alinhadas com a RIS3 Centro.

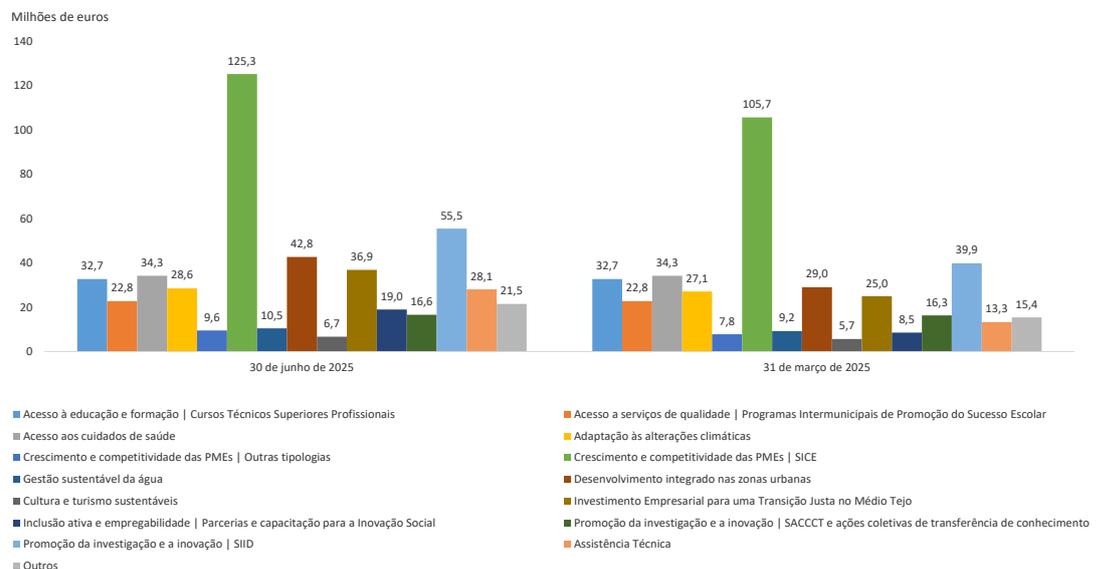
Numa outra área temática de financiamento do Programa Regional do Centro encontra-se o desenvolvimento integrado nas zonas urbanas, que totalizava 42,8 milhões de euros de FEDER, após um acréscimo de 13,7 milhões de euros neste trimestre. Este valor corresponde a aumentos de aprovações em projetos de reabilitação e regeneração urbanas (acréscimo de 9,7 milhões de euros), mas também de infraestruturas de ensino básico (acréscimo de 4,1 milhões de euros) e de equipamentos desportivos (170 mil euros de FEDER).

Os apoios à cultura e turismo sustentáveis perfaziam um total de 6,7 milhões de euros de FEDER aprovado, sendo de destacar, neste trimestre, a aprovação de um novo projeto - Aveiro 2024, Capital Portuguesa da Cultura (um milhão de euros), com a finalidade de implementar a sua estratégia cultural prosseguindo com o objetivo de colocar a cultura no centro das políticas públicas de desenvolvimento do território com impacto na vida social, económica, ambiental, turística de toda a Região.

O investimento empresarial para uma transição justa no Médio Tejo também representava um valor significativo de aprovações do Programa Regional, concentrando, a 30 de junho de 2025, 36,9 milhões de euros de FTJ (mais 11,9 milhões de euros face ao trimestre anterior). O FTJ mobilizado na Região Centro destina-se a mitigar os impactos socioeconómicos da transição para a neutralidade carbónica resultantes do encerramento da Central Termoelétrica do Pego, em Abrantes (Médio Tejo), através do apoio à diversificação da atividade económica do território e aos trabalhadores afetados. Neste trimestre, os projetos aprovados correspondem a investimentos empresariais em atividades inovadoras e qualificadas que contribuam para a progressão na cadeia de valor e, por outro lado, que conduzam à diversificação, modernização e reconversão económicas, com foco no reforço e expansão de novas indústrias e novos serviços tecnologicamente avançados, dirigidos à transição climática e energética.

Os projetos financiados no CENTRO 2030 por FSE+ concentravam 6,7% dos fundos europeus aprovados no Programa Regional, traduzindo-se em 114,6 milhões de euros (mais 25,4 milhões de euros do que no primeiro trimestre de 2025). Destas aprovações, destacavam-se os projetos aprovados no âmbito da inclusão ativa e empregabilidade, mais especificamente nas parcerias e capacitação para a inovação social, que registam um acréscimo de 10,4 milhões de euros. Estes projetos destinam-se a promover a integração social das pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social, incluindo as mais carenciadas e as crianças. Também no que diz respeito às aprovações por FSE+, salienta-se um acréscimo de 14,8 milhões de euros, face ao trimestre anterior, na assistência técnica.

Fundo europeu aprovado no Programa Regional CENTRO 2030, na Região Centro, por objetivos específicos e tipologias (valores acumulados)



A 30 de junho de 2025, 69,3% da dotação do Programa Regional CENTRO 2030 tinha sido colocada a concurso através dos 138 avisos de concurso disponibilizados até esta data, a que correspondem 1,5 mil milhões de euros de fundos europeus. Destes avisos de concurso, 93 encontravam-se encerrados, com uma dotação de 647,0 milhões de euros de fundos europeus (43,0% dos fundos colocados a concurso até esta data). Os restantes 45 avisos de concurso mantinham-se abertos com uma dotação global de fundo de 859,0 milhões de euros.

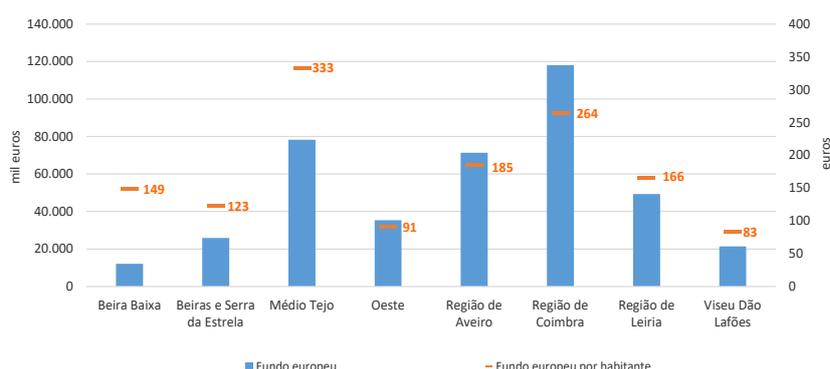
No segundo trimestre de 2025, estavam aprovadas 833 operações, que perfaziam um investimento total de 961,9 milhões de euros e beneficiavam de um fundo europeu aprovado de 490,8 milhões de euros. O acréscimo de fundos aprovados neste trimestre foi de 98,0 milhões de euros. Em média, cada projeto aprovado no Programa Regional envolvia um investimento total de 1,2 milhões de euros, um investimento elegível de 1,0 milhões de euros e um apoio europeu de 589,2 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do CENTRO 2030: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)

		junho 2025	março 2025	dezembro 2024	setembro 2024	junho 2024	março 2024	dezembro 2023
Concursos								
Total	número	138	128	115	89	66	29	21
Fundo europeu	milhões €	1.505,0	1.310,1	1.181,3	895,3	774,4	237,6	197,3
	% da dotação de fundo	69,3	60,3	54,4	41,2	35,7	10,9	9,1
Em aberto	número	45	50	61	55	43	15	15
Fundo europeu	milhões €	859,0	815,8	778,6	588,9	560,4	67,3	59,8
Encerrados	número	93	78	54	34	23	14	6
Fundo europeu	milhões €	647,0	494,3	406,6	306,4	214,0	170,3	137,5
Operações aprovadas								
Total	número	833	620	472	232	100	18	7
Investimento total	milhões €	961,9	751,8	567,8	321,3	161,4	23,0	11,2
Investimento elegível	milhões €	844,2	656,1	511,0	297,7	158,7	21,2	9,4
Fundo europeu	milhões €	490,8	392,8	295,2	166,2	75,4	12,7	8,0

Em termos sub-regionais foram a Região de Coimbra, o Médio Tejo (essencialmente pelas aprovações já realizadas no âmbito do FTJ), a Região de Aveiro e a Região de Leiria que absorveram o maior volume de apoios (28,7%, 17,3%, 19,0% e 12,0%, respetivamente). O Médio Tejo também apresentava a maior intensidade de apoio por habitante (333 euros de fundo europeu por habitante). Já a Beira Baixa, apesar de ter recebido, até ao momento, o menor montante de apoio, apresentava o quinto maior valor de fundo europeu aprovado por habitante entre as oito sub-regiões do Centro (149 euros de fundo europeu por habitante).

Fundo europeu aprovado no CENTRO 2030 por NUTS III (30 de junho 2025)



Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2021)
- Inquérito ao Emprego (Base 2021)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 2021 e Base 1998)
- Inquérito ao Emprego - Módulo *ad hoc* "Trabalho a partir de casa"
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Desemprego Registado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias
- Rácios empréstimos vencidos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2021)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contenham nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obra

XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios

XVII – Material de transporte

Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2021)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Políticas Públicas no Centro

Plano de Recuperação e Resiliência

Site do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal (página “PRR por Regiões”)

Portugal 2030

Site do PORTUGAL 2030 (lista de operações aprovadas; boletins mensais n.ºs 10, 13, 16, 19 e 22; informação sobre avisos de concurso)

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do segundo trimestre de 2025 foi recolhida até ao dia 12 de setembro de 2025.

